

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**JENIFER ISABELIN RIBEIRO**

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM BOMBEIROS MIRINS, PROMOVENDO  
A INTEGRAÇÃO, AUTONOMIA, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO  
DOS ADOLESCENTES**

**CAÇADOR  
2019**

**JENIFER ISABELIN RIBEIRO**

**A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM BOMBEIROS MIRINS, PROMOVENDO  
A INTEGRAÇÃO, AUTONOMIA, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO  
DOS ADOLESCENTES**

Trabalho apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do curso de Serviço Social, pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, sob orientação da professora Mestra Adriane Alves da Cruz.

**CAÇADOR  
2019**

**JENIFER ISABELIN RIBEIRO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do Título (Grau) de:

**Bacharel em Serviço Social**

E aprovada na sua versão final em 16 de dezembro de 2019, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e Coordenação do Curso de Serviço Social.

---

**Dr<sup>a</sup>.Fátima Noely da Silva**  
**Coordenadora do Curso de Serviço Social**

---

**Ms. Adriane Alves da Cruz**  
**Professora Orientadora**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a DEUS, aos meus queridos pais e a minha esposa, os quais foram o meu alicerce nessa trajetória e me deram força e coragem durante os momentos mais difíceis.  
Muito obrigada!

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus, pois Ele em sua infinita bondade me sustentou durante esses quatro anos, acalmado meu coração quando tudo estava difícil.

Agradeço profundamente a minha mãe Isabel e meu pai Valdemir, pois esses foram minha inspiração para continuar e sempre me apoiaram com seu amor incondicional. Agradeço também, a minha esposa Thaiz, que me incentivou a ingressar em uma Universidade, apresentando-me a profissão de Serviço Social, esta que me encantou e me proporcionou uma visão diferente de mundo, com anseio de mudança social.

Um agradecimento especial a minha professora e orientadora Adriane. Obrigada pelo seu empenho, dedicação e a confiança neste trabalho, seu apoio foi essencial nesta última etapa da graduação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todas as professoras, pois contribuíram para minha formação acadêmica e evolução enquanto ser humano, oportunizando o conhecimento sobre a profissão de Serviço Social, que é primordial para nossa sociedade.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo refletir e analisar a intervenção do Serviço Social junto ao adolescente diante do Projeto Bombeiro Mirim, em uma perspectiva de promover a integração, autonomia, cidadania e desenvolvimento humano desta demanda. O que impulsionou na escolha deste tema foi à busca pela compreensão dos Projetos Sociais, das competências das instituições que compõem o Terceiro Setor e os impactos dos projetos sociais na vida da demanda que utiliza os serviços, bem como, enfatizar a importância do papel do adolescente em sociedade. Resgatamos a trajetória do Serviço Social, afinal esta profissão contribui constantemente com esses indivíduos, desde a garantia de direitos até o resgate do potencial humano. Enfatizamos a importância dos Projetos Sociais na perspectiva da autonomia, emancipação e desenvolvimento Humano dos adolescentes, destacando o fortalecimento de valores, princípios e legislações que garantem os direitos da criança e do adolescente, pois essa demanda está cada vez mais inserida na sociedade, estando mais vulneráveis ao acesso das drogas e violência, criminalização e perigos. Contextualizamos neste trabalho, uma reflexão sobre os elementos contributivos na vida da criança e adolescente através da atuação do Assistente Social, sua intervenção através de atendimentos, individual e grupal, encaminhamentos, entrevistas, reuniões, encaminhamentos e orientações. No último momento realizou-se uma análise e reflexão da experiência vivenciada no Estágio Curricular Obrigatório de Serviço Social, enfatizando as concepções, conceitos e objetivos, e qual a importância para a formação acadêmica e contribuições diante desse processo, sendo associado à unidade teoria prática.

**Palavras-chave:** Criança e Adolescente, Serviço Social, Projetos Sociais e cidadania.

## **ABSTRACT**

The purpose of this Course Conclusion Work is to reflect and analyze the intervention of Social Work with adolescents in the face of the Bombeiro Mirim Project, in a perspective of promoting the integration, autonomy, citizenship and human development of this demand. What drove the choice of this theme was the search for understanding Social Projects, the skills of the institutions that make up the Third Sector and the impacts of social projects on the life of the demand that uses the services, as well as emphasizing the importance of the adolescent's role in society. We rescued the trajectory of Social Work, after all, this profession constantly contributes to these individuals, from guaranteeing rights to rescuing human potential. We emphasize the importance of Social Projects in the perspective of autonomy, emancipation and Human development of adolescents, highlighting the strengthening of values, principles and legislation that guarantee the rights of children and adolescents, as this demand is increasingly inserted in society, being more vulnerable to access to drugs and violence, criminalization and dangers. In this work, we contextualize the reflection on the contributory elements in the life of the child and adolescent through the work of the Social Worker, his intervention through individual and group assistance, referrals, interviews, meetings, referrals and orientations. At the last moment, there was an analysis and reflection of the experience lived in the Mandatory Curricular Internship in Social Work, emphasizing the conceptions, concepts and objectives, and what is the importance for academic training and contributions in the face of this process, being associated with the unit of practical theory.

**Keywords:** Child and Adolescent, Social Work, Social Projects and citizenship.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social  
ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino E Pesquisa Em Serviço Social  
ABVESC – Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina  
ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais  
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais  
CESMAR – Centro Social Marista  
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social  
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CME – Conselho Municipal da Educação  
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social  
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
FIA – Fundo da Infância e Adolescência  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
NEI – Núcleo de Ensino e Instruções  
NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social  
OSCIPS – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público  
OSCS - Organizações da Sociedade Civil  
ONG - Organização Não Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PNE – Política Nacional de Estágio  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUS - Sistema Único de Saúde  
UFA – Unidade de Formação Acadêmica  
UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre  
UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>11</b>
1.1 A TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E A UNIDADE TEÓRICA/PRÁTICA.....	11
1.2 O SISTEMA CAPITALISTA E A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL.....	11
1.3 A RUPTURA DO CONSERVADORISMO TRADICIONAL E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	16
1.4 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA CATEGORIA FORTALECIDA E CRÍTICA DIANTE DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL.....	23
1.5 A CONSTITUIÇÃO DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL: AS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS E OS INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DO SERVIÇO SOCIAL.....	27
1.6 A EVOLUÇÃO DOS CÓDIGOS DE ÉTICA: BASES, PRINCÍPIOS E VALORES DO AGIR PROFISSIONAL.....	32
1.7 A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS E OS IMPACTOS NA SOCIEDADE.....	35
1.8 O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS E TERCEIRO SETOR.....	35
<b>1.8.1 Os Projetos Sociais Diante da Vida Cotidiana</b> .....	<b>41</b>
<b>1.8.2 Fortalecimento e Valores. O Impacto dos Projetos Sociais na Vida do Adolescente</b> .....	<b>43</b>
1.9 AS LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS QUE GARANTEM O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	46
1.10 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DIANTE DA INTEGRAÇÃO, AUTONOMIA, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	51
1.11 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS PROJETOS SOCIAIS.....	55
<b>1.11.1 Os Impactos Contributivos da Atuação Profissional Junto a Demanda Criança e Adolescente</b> .....	<b>59</b>
<b>2 ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL</b> .....	<b>65</b>
2.1 A CONCEPÇÃO DO ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL.....	65
2.2 O PROJETO BOMBEIRO MIRIM E A CONTRIBUIÇÃO PARA A VIDA DOS ADOLESCENTES.....	69
2.3 PROJETO DE INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL.....	70
2.4 PROJETO ACADÊMICO.....	72
2.5 O SEVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO.....	74
2.6 CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DOS SUJEITOS SOCIAIS DA PRÁTICA DE ESTÁGIO.....	75
2.7 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO ESTÁGIO.....	77
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>97</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de Curso (TCC) é uma exigência parcial do curso de Serviço Social da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) de Caçador, para obtenção do título de bacharel em Serviço social, além de propiciar um momento de muito aprendizado, torna-se possível recapitular e reviver a trajetória acadêmica percorrida nesses quatro anos, onde se priorizou uma temática a qual se tem afinidade e grande relevância para a sociedade, contribuindo direta ou indiretamente para uma reflexão profunda sobre a importância da profissão de Serviço Social frente à demanda adolescente.

O tema abordado nesse trabalho é a atuação do Serviço Social com bombeiros mirins, promovendo a integração, autonomia, cidadania e desenvolvimento humano dos adolescentes, apresenta-se os direitos da criança e do adolescente muitas vezes desconhecidos pela sociedade o que conseqüentemente faz com que esses sujeitos tenham seus direitos violados.

Este trabalho tem o objetivo oportunizar o conhecimento teórico diante da criança e do adolescente, demonstrando desafios que esses indivíduos enfrentam diante de uma sociedade ainda demarcada por preconceitos, o que atinge diretamente o acesso à cidadania, autonomia, integração e o desenvolvimento humano desses indivíduos.

No primeiro capítulo será abordada a trajetória Sócio-Histórica do Serviço Social, recapitulando sobre o capitalismo e suas conseqüências para a sociedade, visto que, através desse modelo econômico que surge o objeto de trabalho da profissão, sendo as expressões da “Questão Social”. Ainda nesse primeiro momento, veremos a ruptura do conservadorismo tradicional que perdurou por muitos anos embasando a prática profissional, além de compreender o Projeto Ético Político do Serviço Social, bem como, as dimensões constitutivas e a evolução dos Códigos de Ética, sendo essas teorias primordiais para a intervenção do Assistente Social diante das expressões da “Questão Social” que rodeiam a sociedade.

Para melhor compreensão do Terceiro Setor, será abordado no segundo capítulo a importância dos Projetos Sociais e seus impactos na sociedade, visto que, o projeto em questão atende adolescentes. Apresentaremos o surgimento das Instituições sociais, além de enfatizar o avanço nas legislações que garantem o direito da criança e do adolescente, sendo contextualizada essa demanda diante da

integração, autonomia, cidadania e desenvolvimento humano. Destacaremos a atuação do Serviço Social junto aos projetos sociais e seus impactos contributivos frente a esses sujeitos sociais, diante de uma sociedade que utiliza e necessita dos serviços, programas, projetos e ações sociais.

O terceiro e último capítulo será constituído pelas experiências vivenciadas no processo de estágio, ressaltando o conceito e objetivos do Estágio Obrigatório Supervisionado em Serviço Social, contribuindo para uma formação qualificada, oportunizando-nos buscar e repensar a profissão do assistente social sob um olhar mais crítico, um novo posicionamento que vise dar respostas às demandas sociais impostas. No momento do estágio é que passamos a ter contato real com o campo de atuação do assistente social e experiências vividas na práxis atreladas à teoria adquirida academicamente, contribuindo de forma positiva no processo de ensino-aprendizagem do ponto de vista prático, teórico e reflexivo. Além de apresentar as contribuições que o Projeto Bombeiro Mirim proporciona aos adolescentes participantes. Ainda será abordada a trajetória da profissão dentro da Instituição, diante do momento e das experiências vivenciadas, sendo apontadas algumas abordagens realizadas durante o processo de Estágio.

Para finalizar a elaboração do TCC, temos a oportunidade de refletir as considerações finais, onde são retomados os aspectos mais relevantes do estudo, considerando os objetivos propostos e por fim trouxemos as referências bibliográficas que enriqueceram nosso trabalho através da base teórica.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 A TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E A UNIDADE TEÓRICA/PRÁTICA

Nesse item será abordado o exercício profissional do Serviço Social inserido na dinâmica contraditória do modo de produção capitalista, destacando a construção do posicionamento crítico que se apresenta hegemônico, a partir do processo de renovação da profissão, enfatizando o Projeto Ético-Político, a instrumentalidade teórica e técnica profissional e os cinco códigos de ética que marcaram o Serviço Social e que são fundamentais para o agir profissional.

### 1.2 O SISTEMA CAPITALISTA E A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

O capitalismo tem sua origem histórica através do processo de transformação da estrutura agrária ocorrida na Inglaterra durante os séculos XV e XVIII.

Para se compreender o surgimento do capitalismo, precisa-se conhecer um pouco sobre o modelo econômico que existiu anteriormente denominado feudalismo.

Nesse sistema os camponeses serviam fielmente aos senhores feudais que eram os proprietários das terras.

O feudalismo é o conjunto de laços pessoais que unem entre si, hierarquicamente, os membros das camadas dominantes da sociedade. Tais laços apoiam-se numa base real: o benefício que o senhor concede a seu vassalo em troca de um certo número de serviços e de um juramento de fidelidade. Em sentido estrito, feudalismo é a homenagem ao feudo. (LE GOFF, 2005, p. 84,).

A sociedade feudal era dividida em três ordens: o clero (igreja católica), a nobreza e os camponeses.

O clero era composto pelos integrantes da igreja católica (padres, bispos, monges, abades e papas) exerciam grande influência política, moral e psicológica, sua função era guiar a sociedade medieval.

A nobreza, composta pelos senhores feudais que eram os proprietários das terras e do poder político.

Os camponeses integravam a grande maioria da sociedade feudal, esses não eram tratados como escravos e nem poderiam ser vendidos, submetiam-se aos trabalhos na agricultura, produzindo alimentos para os senhores feudais que em troca lhes emprestavam um pedaço de terra.

O sistema feudal passou pela crise da Idade Média, essa foi uma série de eventos que atingiu toda a Europa nos séculos XIV e XV, conseqüentemente contribuindo para sua decadência. A peste negra devastou a Europa, por volta de 1348, exterminando um terço da população em três meses, muitos camponeses morreram, contribuindo para a baixa produção de alimentos dos senhores feudais.

Destaca-se também que nesse período os artesãos se revoltaram exigindo melhores salários, pois produziam manualmente os bens para a sociedade feudal. Os nobres da Inglaterra e França deflagraram uma guerra (Guerra dos Cem Anos- 1337 a 1453), desta forma quem não morria por meio da peste negra, poderia ser vítima também dos combates deste conflito.

Diante desse cenário, os senhores feudais perderam o domínio sobre os camponeses, pois se desenvolveu o comércio nas cidades, surgindo a moeda como valor de troca, originando-se uma nova classe social: a burguesia. Iniciando nesse momento a Idade moderna, abrindo caminho para o desenvolvimento progressivo das relações capitalistas de produção.

O capitalismo teve sua origem no final do século XV, visto que, ao longo dos anos atravessou diversas mudanças. Estudiosos afirmam que esse modelo econômico foi dividido em três fases: capitalismo comercial, industrial e financeiro.

O capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidas para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria a venda no mercado, e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é um sistema em que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. (WOOD, 2001, p.12).

Esse sistema econômico define as relações entre os homens, visa à maximização dos lucros, através da exploração da mão-de-obra dos trabalhadores. No capitalismo é possível identificar duas classes distintas: capitalistas ou burguesia, são os que possuem toda a riqueza, bem como, são os donos dos meios de produção. A outra classe denomina-se operariado ou proletário, esses por sua vez, vendem sua força de trabalho em troca de um salário para suprir suas necessidades, garantindo sua sobrevivência.

O capitalismo comercial foi a fase em que houve um acúmulo de riquezas para a burguesia através do comércio, com o surgimento da moeda começam a explorar a força de trabalho humana, em troca ofereciam aos trabalhadores um salário. O proletário se submete à exploração dos capitalistas, a modo de garantir o seu sustento e o de sua família.

A expansão da indústria ocorre com a Revolução Industrial do século XVIII, na Inglaterra, a invenção da máquina a vapor, substituiu a mão de obra artesanal humana, produzindo mercadorias em série, possibilitando lucros à burguesia, diminuindo o custo da produção e contribuindo para o crescimento do modo de produção capitalista. Essa fase é chamada de capitalismo industrial, a qual ocasiona profundas consequências econômicas, políticas, sociais e culturais, contribuindo significativamente para o aumento das desigualdades sociais, intensificando a relação de dominação e exploração.

Outrora, a mão-de-obra humana ainda era necessária para comandar as máquinas a vapor, porém muitos empregos foram diminuídos em função delas, afinal o surgimento dessas aumentaram imensamente a produção nas fábricas, gerando maiores lucros para os burgueses.

Os trabalhadores eram obrigados a cumprir uma jornada de trabalho de dezoito horas diárias, vivendo em condições insalubres e precárias nas fábricas, sem descanso semanal. A mão de obra infantil e feminina eram as que mais sofriam explorações, recebendo salários inferiores aos demais trabalhadores.

Karl Marx (1818-1883) foi um grande filósofo que estudou com profundidade o modo de produção capitalista, criando assim sua teoria da mais-valia, comprovando através dessa que os donos dos meios de produção, ou seja, os capitalistas a detém, através da exploração do proletário. Entende-se que mais-valia é o trabalho que o operário faz, porém não recebe o tanto que produz.

Marx acreditava através de seus estudos referente ao modo de produção capitalista, que esse modelo econômico, cujos meios de produção estão nas mãos dos capitalistas, tem como característica a propriedade privada, divisão social do trabalho, lucro, troca e a divisão da sociedade em classes.

O capitalismo financeiro ou monopolista configura-se no final do século XIX, onde ocorreu o processo de transformações das empresas em ações, sendo comercializadas livremente. Outro aspecto importante foi a efetiva participação do

sistema bancário, que se tornou o grande financiador das empresas por meios de investimentos e empréstimos.

Com a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, o sistema capitalista enfrenta sua maior crise, pois houve um colapso econômico.

Devido a Europa ter enfrentado sua Primeira Guerra Mundial, não possuía produção razoável que atendesse as necessidades de sua população, então os Estados Unidos passaram a vender produtos em grandes quantidades para os europeus. Todavia, em 1929 a Europa já estava reestruturada do pós-guerra, conseqüentemente não precisava mais comprar dos americanos, fazendo com que a burguesia vendesse suas ações recorrendo à bolsa de valores.

Esse marco histórico ocasionou uma grande taxa de desemprego nos Estados Unidos, provocando uma das maiores crises capitalistas, sendo através da intervenção estatal do governo de Roosevelt, que conseguiram sua recuperação econômica.

Diante do exposto, o Serviço Social é uma profissão regulamentada pela LEI. 8.662 de 07 de junho de 1993 e atua no combate das desigualdades sociais, contribuindo para uma sociedade igualitária, garantindo e efetivando os direitos dos cidadãos através das políticas públicas, tendo como objeto de trabalho as expressões da “Questão Social”, sendo essa uma consequência do modo de produção capitalista que afeta toda a sociedade e remete aos sujeitos sociais a luta constante pela cidadania, ocasionando grandes desigualdades sociais, conseqüentemente gerando grandes mobilizações dos trabalhadores, a modo de reivindicar os seus direitos, repudiando toda a exploração sofrida pelos donos dos meios de produção, exigindo melhores condições de vida e trabalho.

A profissão origina-se através de uma perspectiva histórico-crítica decorrente da luta de classes entre burguesia e proletariado nas décadas de 1930 e 1940, mediante as conjunturas capitalistas fortalecidas pela Revolução Industrial.

Em seu princípio, o Serviço Social surge para responder aos anseios da classe burguesa, pois esses estavam sentindo-se ameaçados pelos trabalhadores que estavam se reconhecendo enquanto classe e compreendendo sua posição social. Juntamente com a Igreja Católica e o Estado, os capitalistas buscaram desarticular e desmobilizar a ação da classe pauperizada para amenizar os movimentos sociais. Assim sendo, a profissão é um produto histórico das contradições próprias do modo de produção capitalista.



A origem do Serviço Social como profissão tem, pois a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo -, pois nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido. É uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês, gestada sob o manto de uma grande contradição que impregnou suas entranhas, pois produzida pelo capitalismo industrial, nele imersa e com ele identificada, buscou firma-se historicamente – sua própria trajetória o revela – como prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, como uma mistificada ilusão de servir (MARTINELLI, 1995, p. 66).

Em sua conjuntura histórica, o Serviço Social era tradicional de prática empirista, reiterativa e paliativa, responsabilizava o indivíduo pela sua situação social. Sua principal ação era a caridade, a qual apenas amenizava a situação, ou seja, não era resolvida definitivamente.

Sugerimos entender como Serviço Social *tradicional* “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parametrada “por uma ética liberal-burguesa” e cuja teleologia “consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável” (NETTO, 1981, p. 44).

Acreditava-se que o indivíduo precisava de correção e lhe culpavam por seus problemas econômicos e sociais, era um Serviço Social acrítico, ligado a doutrinas neotomistas. Suas práticas assistencialistas eram realizadas por um grupo de visitadoras sociais, compostas pelas damas da sociedade, ou seja, senhoras que compunham a burguesia.

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa. (IAMAMOTO, 2013, p. 18).

Segundo Montano (2012), a questão social era vista como um caso isolado, sendo considerada responsabilidade do indivíduo frente a sua condição de pobreza, ou seja, não era relacionada às consequências advindas do modo de produção capitalista, tão pouco as desigualdades sociais que esse modelo econômico causa.

Começa-se a se pensar então a “questão social”, a miséria, a pobreza, e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos. A “questão social”, portanto, passa a ser concebida como “questões” isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou



produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem. (MONTAÑO, 2012, p.272).

Nas décadas de 1970 e 1980 aconteceu a Intenção de Ruptura com o conservadorismo. Esse marco histórico do Serviço Social tornou-se possível rever a profissão, identificando que o objeto de trabalho eram as expressões da “Questão Social”, sendo elas consequências do capitalismo.

Conforme afirmam CARVALHO e IAMAMOTO, (1986, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

A “questão social” é concebida, portanto, pelo embate entre as forças produtivas do modo de produção capitalista, ou seja, nas contradições entre capital *versus* trabalho.

A compreensão do significado histórico do Serviço Social remete-se a inserção da profissão na sociedade, situando-a na lógica das relações sociais manipuladas pelo capitalismo e articulando-a aos valores que a legitimam, sua "atribuição" social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, metodológicos, dentre outros. O assistente social busca, cotidianamente, sua legitimação profissional (busca da unidade na diversidade), não na ótica individualista posta pelo ajuste neoliberal, mas como sujeitos coletivos, de lutas coletivas, não podendo perder de vista o seu trabalho e o quanto este é importante para a intervenção na realidade existente.

### 1.3 A RUPTURA DO CONSERVADORISMO TRADICIONAL E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

A visão crítica do Serviço Social acontece a partir do movimento de reconceituação do Serviço Social, pois surge uma análise da prática profissional, com o intuito de compreender a realidade social.

Destaca-se que em 1964 no Brasil acontecia a Ditadura Militar, sendo esse o momento em que o governo sofre o Golpe de 64, onde o país passa a ser administrado por militares. Esse período foi marcado por grande repressão para aqueles que se posicionavam contra esse regime, havendo violência física e moral, torturas constantes, muitas pessoas foram exiladas e outras mortas.

Tudo indica que este componente atendia a duas necessidades distintas: a de preservar os traços subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas, bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados as estruturas organizacional - institucionais em que se inseriram tradicionalmente os assistentes sociais. (NETTO, 2005, p.18).

Diante desse cenário, o Assistente Social era requisitado para manter a ordem e o controle da sociedade, atendiam a população com práticas assistenciais, paliativas e caritativas, com uma visão conservadora dos problemas da sociedade, sendo meros executores de políticas sociais.

Ainda nesse período, houve um inchaço populacional denominado êxodo rural, sendo a migração da população do campo para as cidades, devido à modernização agrícola que exigiam menos mão de obra dos trabalhadores rurais, fazendo com que procurassem empregos dentro das fábricas, porém a demanda era grande não podendo empregar a todos, resultando em diversas expressões da “Questão Social”, exigindo cada vez mais a atuação do Assistente Social, todavia, a prática profissional deveria ser repensada.

Diante deste contexto, o poder da burguesia aumentava, ocasionando múltiplas expressões da “Questão Social”, exigindo uma postura crítica do Assistente Social.

Segundo NETTO (2005, p.123):

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exigia-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais”.

Foi nesse momento que começou a inserção do Serviço Social nas universidades com uma postura crítica, voltado aos estudos das ciências sociais como a psicologia, sociologia e antropologia.

Com o intuito de romper com as práticas tradicionais que embasavam o Serviço Social em seu princípio, surge o processo de renovação do Serviço Social, que buscava uma postura crítica e questionador da ordem dominante, redimensionando e orientando o exercício profissional.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação

teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO, 2011, p. 131).

Parafraseando Iamamoto (2001), o Movimento de Reconceituação foi um processo que buscou novos caminhos e novos fundamentos teóricos metodológicos para o Serviço Social, com uma prática mais eficaz, contestando ao tradicionalismo.

Segundo Netto (2005), apresentam-se três perspectivas diante do processo de renovação, sendo elas: modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora implica na adequação do Serviço Social no marco das estratégias de desenvolvimento capitalistas, buscando-se conhecimentos técnicos para intervir diante da realidade social, voltados a um posicionamento estrutural-funcionalista.

[...] uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais - um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64. (NETTO, 2005, p.154).

Essa perspectiva consolidou-se através de sua teorização publicada nos seminários de Araxá e Teresópolis, que ocorreram respectivamente nos anos de 1967 em Araxá- MG e 1970 em Teresópolis- RJ que objetivavam instrumentalizar o Assistente Social para responder as demandas do regime ditatorial e teve como princípios a tematização do Serviço Social como “interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento”.

O seminário de Araxá – MG ocorreu em 19 a 26 de março de 1967 e contou com a participação de 38 profissionais, sendo promovido pelo CBCISS (CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS). Teve como tema: A metodologia do Serviço Social.

Esse tema foi debatido devido à necessidade de adequar o Serviço Social ao desenvolvimento, redefinindo os objetivos, funções e a metodologia na tentativa em adequar a profissão ao contexto da realidade brasileira.

Os objetivos desse documento foram:

- Objetivo remoto: valorização e melhoria das condições do ser humano tendo como referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos;

- Objetivos operacionais: identificar e tratar problemas ou distorções residuais que impeçam as pessoas de alcançarem padrões econômicos compatíveis com a dignidade humana.

Quanto às funções do Serviço Social destacamos:

- Política Social;
- Planejamento;
- Administração do Serviço Social;
- Serviços de atendimento corretivo, preventivo e promocional.
  - Caráter corretivo: remoção das causas que impedem ou dificultem o desenvolvimento do indivíduo, grupo e comunidade;
  - Caráter preventivo: intervenção que procura antepor-se às consequências de um determinado fenômeno;
  - Caráter promocional: intervenção que possibilita o indivíduo, grupo e comunidades a realizar plenamente suas potencialidades.

Referente à metodologia da ação do Serviço Social inicialmente os participantes definiram que o Serviço Social tem postulados (pressupostos éticos e metafísicos) e princípios operacionais (nor-teiam a atuação do agente profissional e as normas de ação de validade universal).

- Postulados: dignidade da pessoa humana; da sociabilidade essencial da pessoa humana e perfectibilidade humana.
- Princípios Operacionais: estímulo ao exercício da livre escolha e da responsabilidade das decisões, respeito aos valores, padrões e pautas culturais, ensejo a mudança no sentido de autopromoção e do enriquecimento do indivíduo, grupo, comunidade, atuação dentro de uma perspectiva de globalidade na realidade social.

A adequação da metodologia às funções do Serviço Social é a visão global de homem integrado em seu sistema social.

- Globalidade: perspectiva estrutural funcionalismo – relações sistêmico-integrativas de indivíduo e sociedade. A atuação do Serviço Social se dará em dois níveis: micro atuação (nível da administração e prestação de serviços) e macro atuação (integração das funções do Serviço Social ao nível da política e planejamento para o desenvolvimento).
- Integração: planejar, implantar e utilizar a infraestrutura social.

- Infraestrutura social: facilidades no campo das políticas sociais e distinguir da infraestrutura econômica e física.

Percebe-se que ao longo do documento existe um conflito entre novos princípios com o Serviço Social tradicional, afinal o documento prioriza um profissional capaz de formular políticas sociais e não ser apenas mero executor dessas.

Nesse seminário aconteceu a teorização do Serviço Social, sendo realizados sete encontros regionais em 1968 para discutir o Documento de Araxá, a qual se notificou uma carta de intenções programáticas.

Desataca-se abaixo o significado desse documento para o Serviço Social:

- Primeira expressão do Movimento de Reconceituação;
- Uma tensão entre o tradicional e o moderno;
- Uma definição do Serviço Social como técnica social;
- Planejamento visando ao pleno desenvolvimento humano;
- Embasar-se no positivismo, funcionalismo e neotomismo;
- Vendar-se quanto à realidade e suas desigualdades sociais.

Em 1970 no seminário em Teresópolis, no Rio de Janeiro, abordaram-se discussões e aprimoramentos para o Serviço Social, foram convidados 103 Assistentes Sociais, dos quais apenas 33 estiveram presentes.

Foi seguido um roteiro de quatro temas:

- 1) Teoria do Diagnóstico e da Intervenção Social – A Intervenção em Serviço Social;
- 2) Diagnóstico e Intervenção em Nível de Planejamento, incluindo situações globais e problemas específicos;
- 3) Diagnóstico e Intervenção em Nível de Administração;
- 4) Diagnóstico em Nível de Prestação de Serviços Diretos e Individuais, Grupos, Comunidades e Populações.

É através do seminário de Teresópolis que a perspectiva modernizadora se concretiza, significando um grande avanço para o Serviço Social.

A segunda perspectiva é a reatualização do conservadorismo, se dá por meio dos documentos elaborados nos Seminários de Sumaré ocorrido no ano de 1978 e Alto da Boa Vista em 1984.

De acordo com a pesquisa de Vicente (1992), o documento de Sumaré teve como objetivo discutir “as três tendências mais marcantes do corpo profissional no

conjunto da realidade brasileira”: o Serviço Social e a cientificidade; o Serviço Social e a fenomenologia; O Serviço Social e a dialética e também propunha discutir a cientificidade do Serviço Social, conseqüentemente divulgando uma particularização concreta de natureza histórica-social.

Corroborando Netto (1996), o seminário de Sumaré e Alto da Boa Vista não teve grande influência para a profissão, pois não refletiu coerentemente a trajetória dos Assistentes Sociais naquele contexto histórico, bem como, apresentavam defasagem teórica que não contribuíram significativamente para a categoria.

O Seminário do Alto da Boa Vista, objetivava analisar os documentos de teorização elaborados anteriormente. Os profissionais se reuniram para debater os fundamentos que orientavam as práticas naquele momento, porém teve sua publicação aproximadamente quatro anos após sua realização.

O seminário de Sumaré, sendo inspirado pela fenomenologia tinha como intuito readequar as práticas conservadoras da profissão, com um olhar crítico-dialético baseado nas teorias marxianas, rejeitando os padrões teórico-metodológicos positivistas. Netto (1996) acredita que duas autoras foram representantes dessa perspectiva, sendo elas, Anna Augusta de Almeida e Ana Maria Braz Pavão.

Segundo BARROCO (2003, p.138):

A fenomenologia se apresenta como um método de ajuda psicossocial fundado na valorização do diálogo e do relacionamento; com isso, reatualiza a forma mais tradicional de atuação profissional: a perspectiva psicologizante da origem da profissão. [...] e o marco referencial teórico dessa metodologia é constituído por três grandes conceitos: diálogo, pessoa e transformação social.

Nessa vertente Almeida (1978), apresenta uma “nova proposta”, com um conceito de transformação, a dimensão social presente da dimensão pessoal, com uma visão personalista, tendo como suporte teórico-metodológico a tríade diálogo, pessoa e transformação social. Segundo Netto (2005), essa perspectiva recupera a herança psicossocial, com a centralização nas dinâmicas individuais, por meio de um viés psicologizante, conseqüentemente não se desligando do tradicionalismo profissional.

A terceira e última direção é a intenção de ruptura, essa pretendia romper totalmente com o Serviço Social tradicional, voltada a uma postura crítica sistemática do conservadorismo da profissão, bem como, aos suportes teóricos, metodológicos e

ideológicos. Essa perspectiva aborda as relações contraditórias dentro da sociedade e confronta a burguesia pelo seu posicionamento de poder.

Para Netto (2005), existem três momentos constitutivos da perspectiva de Intenção de Ruptura: sua emergência, consolidação acadêmica e espraiamento sobre a categoria profissional.

Essa perspectiva tem caráter opositor à autocracia burguesa. É caracterizada pela formação de uma massa crítica de assistentes sociais que se puseram a procurar alternativas para a superação da prática do serviço social tradicional. Sua emergência é baseada principalmente no método Belo Horizonte que surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais elaborado por jovens profissionais preocupados em dar uma nova visão ao Serviço Social, “elaboraram (...) uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da intervenção profissionais e no plano da formação” (NETTO, 2005, p. 263).

Diante disso, a perspectiva Intenção de Ruptura emergiu com o método BH que aconteceu em Belo Horizonte nos anos entre 1972 e 1975, foi desenvolvida na Universidade Católica de Minas Gerais, composta por uma equipe de três estagiárias, um professor orientador e um supervisor da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Salienta-se que, essa direção tinha como objetivo romper totalmente com o Serviço Social tradicional, buscando reforço na teoria marxista, principalmente no “marxismo acadêmico”, a qual se originou no regime ditatorial. Porém nesse período a interpretação referente ao marxismo foi feita de forma equivocada, resultando em uma visão em que os Assistentes Sociais fossem agentes transformadores da sociedade, com uma ideia de revolução.

Esse método era reproduzido através da organização, capacitação e mobilização, tendo como objetivo a transformação do homem e da sociedade. Tendo como critérios iniciais:

- Aproximação à população com maior potencial de transformação;
- Interiorização dos campos de estágio;
- Atuação em obras mais amplas e abertas;
- Atuação sobre uma realidade mais ampla e não apenas sobre problemas isolados.

Apesar de sua ineficiência o método BH, trouxe para o Serviço Social uma referência para refletir sobre a atuação profissional.

Em 1979 realiza-se o “Congresso da Virada”, considerado o mais simbólico evento do Movimento de reconceituação.



O mais emblemático desses eventos ocorreu no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, em 1979, que passou a ser identificado como o “Congresso da Virada”, quando a sua organização conservadora sofreu fortes questionamentos e os convidados oficiais destituídos da comissão de honra e substituídos por dirigentes de movimentos sindicais e populares, dentre eles Luís Inácio Lula da Silva. Esse fato histórico teve grande repercussão na categoria profissional, constituindo um marco no processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo o país, culminando com a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais – ANAS (1983). (CONGRESSO DA VIRADA 30 ANOS).

O ano de 1979 evidenciou grandes possibilidades de lutas para implementação do Estado de direito, pois a Ditadura Militar ocasionou diferentes formas de resistências e combates ao autoritarismo. Estando em frente a esse cenário e nas complexas relações entre Estado e sociedade, os Assistentes Sociais começam analisar e compreender a luta de classes na relação entre capital e trabalho, sendo assim observando a profissão em outra perspectiva. O “Congresso da Virada” possibilitou os assistentes sociais a analisar e refletir sobre a profissão, os indivíduos e a realidade da sociedade, evidenciando a necessidade do agir profissional técnico diante das demandas emergentes.

#### 1.4 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA CATEGORIA FORTALECIDA E CRÍTICA DIANTE DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Com o intuito de responder as demandas que apareciam ao longo dos anos, o Serviço Social foi se modificando, passando por muitas transformações, incorporando uma postura crítica frente às expressões da “Questão Social”.

Segundo IAMAMOTO (2001) para se compreender a prática do Assistente Social, devemos entender as particularidades de uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, tornando-se necessário inseri-la nas relações de classes sociais e de seus mecanismos de poder econômico, político e cultural.

Sendo assim, o Projeto Ético-Político do Serviço Social é um dos embasamentos teóricos que auxilia nas intervenções dos Assistentes Sociais, sendo este, resultado do processo histórico intenso de construção constante em torno de implicações éticas da profissão. Tem como pano de fundo um projeto societário, radicalmente democrático possui em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central.



Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p.95).

O Projeto Ético-Político tem sua construção e comprometimento com a classe trabalhadora, desde o final dos anos de 1970, através do Movimento de Reconceituação, especificamente na perspectiva Intenção de Ruptura com o Serviço Social Tradicional, bem como, com o processo de democratização da sociedade brasileira. Sua gênese foi através do Congresso da Virada que aconteceu em 1979, onde a profissão rompeu totalmente com as práticas conservadoras que embasavam o exercício profissional, sendo esse o resultado do processo de renovação do Serviço Social e perdura atualmente na prática profissional.

Este projeto nasce do processo de enfrentamento e denúncia do conservadorismo profissional iniciado na transição da década de 1970 à de 1980 com a “intenção de ruptura” [...] nomeado Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro (década de 1990, até os dias atuais). No meu entender, este projeto toma como base, antes de tudo, os princípios do Código de Ética do assistente social (que, não fragmentados, lhes servem de preceito) e o projeto de formação da ABEPSS, que traz explícita a referência na teoria social crítica – Marx e o marxismo. Ou seja, nos onze princípios do Código de Ética tomados como totalidade [...] rumo à emancipação humana (Vasconcelos, 2015, p. 297).

Para Teixeira e Braz (2009) os princípios e valores do Projeto Ético Político associam-se a outros três componentes e reflete a uma perspectiva concreta e aplicável do projeto profissional, sendo compostos pela:

- **Produção do conhecimento de Serviço Social:** onde estão sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão além de apresentarem os processos reflexivos do fazer profissional, especulativos, prospectivos e combativos. Estão representados pelos trabalhos de conclusão de curso, artigos científicos, dissertações, teses, livros, grupos de discussão e pesquisa, entre outros.
- **Instâncias político-organizativas da profissão:** constituídas pelas organizações profissionais, organizações sindicais e estudantis onde podem ser conformadas, reformuladas e reafirmadas, as características gerais do projeto. Estão aqui inseridos o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social, os sindicatos dos Assistentes Sociais, a ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e as diversas outras associações.

- **Dimensão jurídico-política:** encontra-se disposto o conjunto de leis, resoluções, documentos políticos e normativos aprovados e recomendados para aplicação, sejam estes exclusivos da profissão a exemplo da Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8742/1993) e Código de Ética Profissional – 1996) ou ainda as legislações gerais que subsidiam sobremaneira a intervenção profissional: Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Orgânica da Saúde, Estatuto do Idoso dentre outros.

A partir de 1993 o Código de Ética passa a ser uma das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto de trabalhadores. É nesse contexto que o projeto profissional de ruptura começa a ser definido como projeto ético-político referendado nas conquistas dos dois Códigos (1986 e 1993), nas revisões curriculares de 1982 e 1996 e no conjunto de seus avanços teórico-práticos e construídos no processo de renovação profissional, a partir da década de 1960. (BARROCO, 2007, p. 205-206).

Ressalta-se que o Projeto Ético-político do Serviço Social é societário e visa um compromisso com a autonomia, emancipação dos sujeitos sociais.

O que merece destaque é que o projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa [...] Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e dos trabalhadores especializados, o projeto profissional os ultrapassa, porque é histórico e dotado de caráter ético-político, que eleva esse projeto a uma dimensão de universalidade, a qual subordina, ainda que não embace a dimensão técnico-profissional. Isto porque ele estabelece um norte, quanto a forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade ou da “grande política”, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade da práxis social. (IAMAMOTO, 2012, p. 227).

O projeto profissional efetiva-se cotidianamente nas ações interventivas dos Assistentes sociais, visto que, torna-se um desafio constante, afinal sua construção é voltada para a defesa, garantia e luta dos interesses da classe subalterna, fragilizada, em situação de vulnerabilidade social ou exclusão, consequências do modo de produção capitalista que ocasiona diversas expressões da “Questão Social”.

O Assistente Social está inserido nos espaços e condições objetivos de produção e reprodução das relações sociais, frente ao objeto de trabalho, sendo esse, as expressões da “Questão Social”, portanto, o Projeto Ético-Político ganha o seu verdadeiro significado através da divisão social do trabalho.

Destacamos que a origem do Projeto Ético-Político do Serviço Social é orientada pela ontologia de Marx e pela reflexão ética marxista, que através das

transformações da sociedade tornou-se crítico e progressista, que propaga valores e princípios.

No texto: “Formação Profissional: trajetórias e desafios”, publicado pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS – 1996), atualmente sendo Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e também na reflexão de Yamamoto, o Projeto Ético-Político constitui-se enquanto tal com os encontros e mobilizações da categoria e culminam em três documentos importantes para a profissão, efetivando sua materialização, são eles: Código de Ética de 1993, Lei que regulamenta a profissão de (8.662/1993) e as diretrizes curriculares de 1996.

Esses três documentos se tornam referência para o debate teórico-analítico do Serviço Social garantindo uma nova direção para a profissão, pois constrói um novo perfil profissional de postura ético-política e teórico-metodológica.

Diante disso, o Projeto Ético-político do Serviço Social, visa o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, abrindo as decisões institucionais para participação dos usuários, elege valores que o legitimam, delimitam e priorizam seus objetivos, metas e também suas ações profissionais.

No âmbito da formação profissional, devem-se realizar reflexões críticas da realidade social. Os onze princípios elencados no Código de Ética de 1993, deixam explícitos o compromisso deste projeto profissional, afinal pressupõe uma sociedade justa, livre das desigualdades sociais.

A atuação do Assistente Social, durante o processo histórico da profissão aconteceu de forma acrítica e assistemática, trabalhando ao lado da burguesia, porém foi necessário passar por essa trajetória para compreender de fato que todos os problemas sociais e econômicos eram causados exclusivamente pelos capitalistas, sendo assim, tornou-se possível a reflexão para se posicionar a favor da classe trabalhadora.

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam em intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevem nos campos dos valores universais (éticos morais e políticos). Mas ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teóricos metodológicos e princípios ético-políticos. (GUERRA, 2000, p.09).

O Assistente Social deve estar compromissado com a classe subalternizada, porém a efetivação do Projeto Ético-Político torna-se um grande desafio para a

categoria, pois a sociedade é composta de contradições das relações capital *versus* trabalho, o que ocasiona diversas expressões da “Questão Social”. Diante disso, as demandas que surgem precisam ser respaldadas por um profissional ético e comprometido com a defesa e garantia dos direitos dos usuários. Conclui-se então, que a concretização do Projeto Ético-Político é um dos maiores desafios para o Assistente Social.

Destacamos que o profissional deve estar atento para que não venha cometer práticas conservadoras que marcaram o Serviço Social por muitos anos, pois o compromisso com os usuários é primordial e inegociável, afinal o Assistente Social deve lutar constantemente para a garantia, efetivação e principalmente para o acesso dos direitos de todos os cidadãos, assim concretizando os princípios e valores do Código de Ética e do Projeto Ético-Político.

### 1.5 A CONSTITUIÇÃO DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL: AS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS E OS INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DO SERVIÇO SOCIAL

O Assistente Social atua diretamente com demandas complexas, repletas de contradições advindas do capitalismo. Diante disso, exige-se perante a sociedade um profissional com qualificação teórica e prática, sendo essa uma construção desde a formação acadêmica, bem como, no exercício da profissão de Serviço Social.

O desenvolvimento da instrumentalidade da profissão é respaldado por três dimensões constitutivas: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

Portanto, é através dessas três dimensões que o Assistente Social poderá discutir estratégias e técnicas de intervenção, sendo essa uma competência construída juntamente com o Projeto Ético-Político, que irá direcionar o agir profissional.

A dimensão teórica metodológica permite ao Assistente Social viabilizar uma sociedade com possíveis transformações, compreendendo as expressões da “questão Social” fundamentada na relação capital *versus* trabalho, ou seja, é a

capacidade de assimilar a unidade teórica/prática, através dos métodos utilizados na atuação profissional.

A capacitação teórica-metodológica é que permite uma apreensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, particulares e singulares em seus componentes de objetividade e subjetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentado em categorias que emanam para adoção de uma teoria social crítica. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 152).

O conjunto de ações e procedimentos executados pelo assistente Social se dá, através da dimensão técnica-operativa, sendo essa, a capacidade profissional da utilização de suas técnicas e instrumentais.

[...] a dimensão técnico-operativa é constituída dos seguintes elementos: as estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnico-operativos, bem como, a orientação teórico-metodológica e ético-política dos agentes profissionais. (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012, p. 21).

A dimensão ético-política expressa o compromisso do Serviço Social para o enfrentamento das expressões da “Questão Social” e está vinculada ao Código de Ética e Projeto Ético-Político do Serviço Social, pois se posiciona a favor da equidade e justiça social, visando um princípio democrático da socialização, garantindo os direitos civis e políticos dos usuários, ampliando a consolidação da cidadania e defendendo o acesso a bens e serviço de todos os cidadãos.

Segundo IAMAMOTO (2001), a dimensão ético-política é um processo de criação de uma nova hegemonia no âmbito das relações sociais e está voltada para a criação de novos valores.

Para o enfrentamento das expressões da “Questão Social” principalmente na contraditória relação de capital *versus* trabalho os Assistentes Sociais buscam um conjunto de instrumentalidade para auxiliar na intervenção em sociedade.

A utilização dos instrumentais no cotidiano da prática profissional é um fator preponderante para o assistente social. Como todos os profissionais têm seus instrumentos de trabalho, e sendo o assistente social um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, necessita de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas necessárias para o seu exercício profissional. Os instrumentais técnico-operativos são como um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. (MARTINELLI, 1994 p. 137).

Destaca-se que nas perspectivas do projeto ético-político do Serviço Social cabe ao profissional fazer a leitura da realidade e identificar qual instrumental ou técnica irá utilizar em cada situação apresentada.

A seguir os instrumentais técnicos operativos do Serviço Social:

- VISITA DOMICILIAR: É uma prática de aproximação entre profissional e usuário, com o intuito de conhecer a realidade em que vivem, sendo um atendimento realizado junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar, esse instrumental possibilita a ampliação do acesso aos direitos dos sujeitos sociais.

É uma técnica social, de natureza qualitativa, por meio da qual o profissional se debruça sobre a realidade social com a intenção de conhecê-la, descrevê-la, compreendê-la ou explicá-la. O seu diferencial em relação a outras técnicas é que tem por lócus o meio social, especialmente o lugar social mais privativo e que diz respeito ao território social do sujeito: a sua casa ou local de domicílio. (SAMARO, 2014, p. 19).

É importante destacar que a visita domiciliar deve ser planejada e estruturada, para que se possa informar ao usuário o motivo da visita logo no início da abordagem. Outro fato importante é estar atento por meio da observação para distinguir o que não é dito pelo usuário, assim fazendo uma leitura crítica de sua realidade.

- ENTREVISTA: Onde se adquire informações de como esse indivíduo vive e de que forma sobrevive e suas necessidades.

Não convém que o profissional seja especulativo, a conversa deve fluir naturalmente, com condução técnica por parte do profissional. Cabe a ele, nortear pontos importantes, sendo aconselhável elaborar um roteiro prévio, para que o objetivo seja alcançado e se mantenha o foco no que será tratado ali. (CARDOSO 2008, p.40).

A entrevista deve ser conduzida pelo profissional, alcançando seu objetivo final, por meio de diálogo, permitindo ao usuário expor sua realidade, sem sentir-se pressionado ou constrangido.

- OBSERVAÇÃO: Não é simplesmente olhar, é aplicar atentamente os sentidos a um objeto para adquirir um conhecimento claro e preciso, ou seja, é o olhar profissional atento a uma realidade não dita, porém visível. Deve-se estar ciente que além de observar, o Assistente Social também estará sendo observado.

Na definição clássica, a observação é o uso dos sentidos humanos (visão, audição, tato, olfato e paladar) para o conhecimento da realidade. Mas não o uso ingênuo dos sentidos, e sim, um uso que tem como objetivo produzir um conhecimento sobre a realidade – tem-se um objetivo a alcançar. Porém, o Assistente Social, ao estabelecer uma interação face a face, estabelece uma relação social com outro(s) ser(es) humano(s), que possui(em) expectativas quanto às intervenções que serão realizadas pelo profissional. Assim, além de observador, o profissional também é observado [...] Na medida em que o

Assistente Social realiza intervenções, ele participa diretamente do processo de conhecimento acerca da realidade que está sendo investigada. Por isso, não se trata de uma observação fria, ou como querem alguns “neutra”, em que o profissional pensa estar em posição de não-envolvimento com a situação. Por isso, trata-se de uma observação participante – o profissional, além de observar, interage com o outro, e participa ativamente do processo de observação. (SOUSA, 2006, p.126).

A observação é composta por dois tipos:

a) Observação Assistemática: não estruturada sem controle elaborado, e sem instrumental apropriado.

b) Observação Sistemática: é planejada ou controlada, sendo estruturada e tem instrumental apropriado.

- **REUNIÃO:** É meio para partilhar, em um grupo de pessoas, o mesmo nível de conhecimentos sobre um assunto ou problema e tomar decisões e recomendações para ajudar a organizar os resultados. Caracteriza-se por obter uma pauta específica, sendo de interesses do próprio usuário. Consiste em planejamento e conhecimento prévio da realidade dos sujeitos sociais que participarão da reunião.
- **DOCUMENTAÇÃO:** Esse instrumental possibilita ao técnico conhecer o usuário, serve para subsidiar os atendimentos, bem como, a organização da instituição. Através da documentação é possível analisar quais as expressões da “Questão Social” que podem ser abordadas. Podem ser caracterizados da seguinte forma: Registro, ficha individual, ficha da família, ficha social e cadastro eletrônico.
- **ENCAMINHAMENTO:** É uma forma articulada para atender as necessidades dos usuários, ofertando os serviços vigentes, e o encaminhando para outro profissional ou para outro setor onde a sua necessidade será atendida.
- **ABORDAGEM:** Chegar perto ou mais perto de alguém, em seu espaço e tempo, fazer a abordagem de forma de comportar e lidar com os fatos.
- **LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO:** É uma conclusão que apresentará um resumo dos resultados mais significativos de uma pesquisa, é um instrumento geralmente elaborado em forma de questionário que conduzirá a comprovação dos dados e informações necessárias para o agir profissional.
- **ANÁLISE DE CONJUNTURA:** É uma leitura crítica da realidade que se faz sempre em função de uma finalidade; uma ação internacional; complexa e política da qual se procura desvendar o real na forma de subsidiar a tomada de decisões.
- **RELATÓRIO:** Relata as ações da intervenção profissional. Para Magalhães (2003), é um instrumento de comunicação escrita cujo objetivo é a descrição ou o



relato do que foi possível conhecer por meio das entrevistas, visitas domiciliares, grupos, reuniões, pesquisas, entre outros. O relatório também apresenta informações sobre providências tomadas e justifica encaminhamentos. Ele é a exposição pormenorizada de todo o trabalho realizado.

- **PARECER SOCIAL:** consiste na opinião do profissional acerca de um determinado caso, com base em uma fundamentação teórica o Assistente Social opina sobre informações referentes às situações sociais. É uma convicção fundamentada.

O parecer diz respeito a esclarecimentos e análises, com base em conhecimentos específicos do Serviço Social, a uma questão ou questões relacionadas a decisões a serem tomadas. Trata-se de exposição e manifestação sucinta, enfocando-se objetivamente a questão ou situação social analisada, e os objetivos de trabalho solicitado e apresentado; a análise da situação, referenciadas em fundamentos teóricos, éticos e técnicos, inerentes ao Serviço Social, portanto, com base em estudo rigoroso e fundamentado e uma finalização, de caráter conclusivo ou indicativo (CFESS, 2003, p.61).

Para que se realize a justiça social é preciso respaldar-se de cuidados perante o parecer social, pois esse poderá mudar os rumos da vida dos indivíduos.

- **ESTUDO SOCIAL:** Consiste em coletar dados considerando que o processo de trabalho do Serviço Social é constituído pela articulação do objeto, meios, atividades e finalidades, é necessário ter clareza, fazer perguntas e buscar respostas a questões relacionadas: O que fazer, porque fazer, para que fazer e como fazer.

O estudo social é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional – especificamente nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais. (CFESS, 2003, p. 42).

O estudo social analisa-se as circunstâncias da realidade, contribuindo para as decisões judiciais, expondo respostas às demandas apresentadas.

- **PERÍCIA SOCIAL:** A perícia social é uma técnica que exige planejamento, que consiste no levantamento de documentos e coleta dados já existentes acerca de uma determinada demanda social, e que tem início pelo Estudo Social.

Diante do exposto, conclui-se que o Assistente Social deve ter clareza em suas especificidades para obter competência em suas ações, além de ter o domínio na instrumentalidade que norteiam a profissão independentemente de ser específico ou não do Serviço Social. Salienta-se que os instrumentais técnicos operativos são



fundamentais para a efetivação do exercício profissional, baseados nos princípios éticos.

## 1.6 A EVOLUÇÃO DOS CÓDIGOS DE ÉTICA: BASES, PRINCÍPIOS E VALORES DO AGIR PROFISSIONAL

O Código de ética pode ser definido como um documento de texto com diversas diretrizes que orientam as pessoas quanto as suas posturas e atitudes ideais, moralmente aceitas ou toleradas pela sociedade, enquadrando os participantes a uma conduta politicamente correta e em linha com a boa imagem que a entidade ou a profissão quer ocupar, inclusive incentivando à voluntariedade e à humanização, em vista da criação de algumas atividades profissionais, é redigido, analisado e aprovado pela sua entidade de classe, organização ou governo competente, de acordo com as atribuições da atividade desempenhada, de forma que ela venha a se adequar aos interesses, lutas ou anseios da comunidade beneficiada pelos serviços que serão oferecidos pelo profissional sobre o qual o código tem efeito.

O Código de Ética do Serviço Social consiste em embasamentos sobre a conduta profissional perante o usuário, sendo norteados por princípios, enfatizando os valores dos Assistentes Sociais.

A profissão de Serviço Social na década de 1930 baseava-se em princípios cristãos, com influências positivistas e neotomistas preconizadas pela igreja católica, preservava a hierarquia, a ordem, a propriedade privada, e defendia um modelo de família conservadora, excluindo o papel da mulher em sociedade.

Diante disso, os primeiros códigos de ética surgiram através da visualização da degradação moral dos sujeitos sociais nas relações sociais, porém eram acrílicos e demonstravam neutralidade perante ao Estado e as autoridades.

O Serviço Social ao longo de sua trajetória possuiu cinco códigos de ética nos anos de: 1947, 1965, 1975, 1986 e 1993.

- **Código de Ética de 1947:** Consistia em um pensamento assistencialista, paliativo e acrílico, ligado aos princípios da igreja católica e favorecedor da burguesia. Tratava os sujeitos sociais como desajustados e que precisavam se adequar à sociedade, baseava-se no psicologismo e positivismo.
- **Código de Ética de 1965:** Reafirmava o Código de Ética anterior, porém percebe a influência americana funcionalista. Defendia a família e a necessidade de

uma integração entre as classes para que ocorresse uma ordem justa e harmônica na sociedade, também reforçava que a profissão de Serviço Social teria caráter liberal, a atuação profissional imparcial.

- **Código de Ética de 1975:** Projetado durante a Ditadura militar ainda tinha uma visão tradicional e conservadora, mas com um novo formato, a “perspectiva modernizadora”, comprometido com a participação efetiva na vida da sociedade.
- **Código de Ética de 1986:** Rompeu-se coma filosofia conservadora e a ética da neutralidade.

Destaca-se que a profissão de Serviço Social teve uma concepção conservadora desde o Código de Ética de 1947 até o de 1975, seguindo os pressupostos do neotomismo e positivismo.

O Código de Ética de 1993 fez um aperfeiçoamento do Código de Ética de 1986, visto que, conduziu um significativo amadurecimento para a categoria, definindo-se as competências e atribuições dos Assistentes Sociais, foi reconhecido formalmente nos Encontros Nacionais CFESS/CRESS como o fórum máximo de deliberação profissional.

Através da resolução do CFESS – Conselho Federal de Serviço Social nº 273, de 13 de março de 1993, institui-se o quinto e último Código de Ética do Assistente Social que aprimorou o código publicado em 1986, reafirmando os princípios fundamentais da atuação profissional em defesa da equidade, justiça social e dos direitos humanos. Possui onze Princípios Fundamentais:

- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;

- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (CFESS, web).

Evidencia-se o comprometimento com a classe trabalhadora, visando à liberdade e a democracia em uma construção de uma sociedade firmada na justiça social, seguindo assim as disposições do Projeto Ético-Político da profissão de Serviço Social.

O Código de Ética de 1993 trouxe para a categoria o compromisso ético-político com os sujeitos sociais, eliminando toda a influência religiosa que embasavam o Serviço Social nos códigos anteriores.

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho.

É mediante o processo de trabalho, que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.

Ao criar novas alternativas, o homem vai à busca de novas respostas para suas interrogações. Com essa busca incessante, ele se recria, renova-se e suas relações sociais se complexificam e criam novas possibilidades, a ponto da generalidade humana exigir meios mais sofisticados para supressão de novos carecimentos. O homem conseguiu ultrapassar as barreiras da natureza meramente física e se transpôs para uma existência social e aberta às novas possibilidades. Portanto, ao romper com as necessidades meramente objetivas, ele se autoconstrói enquanto ser genérico (Barroco, 2009).

Sendo assim, entende-se que a ética é uma categoria histórica e social, que em relação às formas diferenciadas de cultura e princípios valorativos de épocas e grupos sociais diferentes, efetiva-se segundo o conjunto de valores e princípios éticos diferenciados.

A discussão da ética no âmbito do serviço social, levando-se em consideração os seus aspectos ontológicos, políticos e sociais, nos leva a acreditar que este debate é essencial para pensar e materializar o projeto profissional dos assistentes sociais, bem como os desafios impostos, que muitas vezes dificultam sua execução.

Assim sendo, o projeto ético-político do Serviço Social constitui-se no pilar fundamental da categoria profissional, uma vez que ele preserva os princípios emancipatórios do gênero humano, carrega a luta histórica dos movimentos sociais, os quais deram condições sociopolíticas que permitiram o profissional de Serviço Social estruturar um projeto profissional crítico que buscou romper com suas matrizes conservadoras.

Torna-se primordial ressaltar que o Código de Ética de 1993 favoreceu a construção de um Projeto Ético-Político que promove os valores, visto que, alterou a postura do profissional perante aos usuários, intervindo a favor dos direitos dos cidadãos, bem como, da emancipação humana.

## 1.7 A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS E OS IMPACTOS NA SOCIEDADE

Nesse item destaca-se o surgimento das instituições sociais e instituições que compõem o terceiro setor, sendo abordada a atuação do Assistente social nesses espaços sócio ocupacional e diante dos projetos sociais, ressaltando quais os impactos contributivos frente à criança e o adolescente, bem como, as legislações que amparam esta demanda e possibilitam o acesso aos seus direitos.

## 1.8 O SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS E TERCEIRO SETOR

As instituições têm como finalidade a satisfação das necessidades dos indivíduos e dos grupos sociais, cumprem uma função na sociedade, estabelecem metas no cumprimento de uma missão ou propósito de interesse do grupo social.

Podemos conceituar instituição social como “uma estrutura relativamente permanente de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas, com o objetivo de satisfazer necessidades sociais básicas. (LAKATOS, 1997, p. 74).

Sendo assim, as instituições sociais surgem de acordo com as necessidades da sociedade, possuem um conjunto articulado de ideias e desempenham a função de desencadear os processos políticos, econômicos e sociais possibilitando mudanças permanentes na vida dos indivíduos.

A sociedade civil é dividida em três setores. O primeiro é formado pelo Estado, na esfera municipal, estadual e federal, com os poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário; o segundo setor são as empresas privadas que visam o lucro e o terceiro são as ONGs.

O Terceiro Setor desenvolve um papel fundamental na sociedade, pois tem como objetivo suprir as necessidades humanas, a partir do momento em que o Estado não consegue supri-las. Destaca-se que uma característica marcante das ONGs é contar com a mão-de-obra voluntária em quase toda a sua totalidade.

As organizações sem fins lucrativos existem há vários anos, não possuem registros com uma data específica de seu surgimento, todavia, acredita-se que a “Santa Casa Misericórdia de Santos”, criada em 1543 foi a primeira Instituição no Brasil.

De acordo com Landim (1993) e Gohn (2000), a expressão ONG (Organização não Governamental), foi criada na década de 1940 pela ONU (Organização das Nações Unidas) para denominar as entidades que executam projetos de interesse social com auxílio financeiro dos órgãos públicos. No Brasil, a expressão foi adotada a partir da década de 1970 e estava voltada principalmente para as organizações de “Cooperação Internacional”, formadas por igrejas católicas e protestantes.

Como a maioria dos financiadores procurava ligar sua imagem e seu nome ao esforço de erradicar os sistemas de governos totalitários e intolerantes, a expressão não-governamental era uma garantia de que as organizações que operavam os projetos comungavam a mesma fé democrática das organizações que recolhiam as contribuições e distribuíam os recursos que davam suporte às ações. (FISCHER apud FALCONER, 1998, p.14).

Parafraseando Cardoso (1996), o termo ONG surgiu como interposto para um novo espaço de participação cidadã, favorecendo o surgimento do Terceiro Setor, pois na década de 1980 ganharam visibilidade através de recursos e experiências na base da sociedade.

Segundo Smith (1991), a expressão “Terceiro Setor” iniciou-se nos EUA na década de 1970, o termo foi criado para reconhecer um setor da sociedade no qual

atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos.

Em seu princípio as organizações voluntárias relacionavam-se a condições religiosas e étnicas. Há registros de que as entidades filantrópicas, comumente ativas nas áreas da educação, como orfanatos e educandários, bem como, aquelas voltadas para a saúde, como as Santas Casas de Misericórdia, foram criadas durante o período denominado Brasil Colônia.

As entidades de interesse social têm origens de longas datas, se fortalecendo ao final do regime militar através de movimentos sociais e atitudes voluntárias formadas por pessoas religiosas e reconhecidas pela Igreja que realizavam um importante papel filantrópico e de assistência social. Ofereciam serviços como assistência médica e financeira, organizavam funerais e ofereciam refúgio para mendigos. (PAES, 2003, p.44).

O contexto histórico das Santas Casas de Misericórdia passou por duas significantes fases: a primeira em meados do século XVIII até 1837, de natureza caritativa; a segunda, o período de 1838 a 1940, com preocupações de natureza filantrópica. Era uma irmandade que tinha como objetivo o tratamento e sustento a enfermos e inválidos, além de dar assistência a “expostos” – recém-nascidos abandonados na instituição.

Sua orientação remonta ao Compromisso da Misericórdia de Lisboa em 1498, por Frei Miguel Contreiras, com o apoio da rainha D. Leonor, de quem era confessor. A Rainha D. Leonor, viúva de Dom João II, passou a dedicar-se intensamente aos doentes, pobres, órfãos, prisioneiros e artistas e patrocinou a fundação da Santa Casa, instituindo a primeira legítima ONG do mundo, em um tempo em que seria impensável a existência de uma instituição social que se declarasse leiga e não governamental.

A instituição surgiu a partir da remodelação da Confraria de Caridade Nossa Senhora da Piedade, que era destinada a enterrar os mortos, visitar os presos e acompanhar os condenados à morte até o local de sua execução. Destinada inicialmente a atender a população mais necessitada, com funções como alimentar os famintos, assistir aos enfermos, consolar os tristes, educar os enjeitados. Mais tarde passou ainda a prestar assistência aos "expostos" - recém-nascidos abandonados numa roda para que não se conhecessem os pais.

Essa obrigatoriedade foi confirmada pelos Alvarás-Régios de 22 de agosto de 1654 e de 22 de dezembro de 1656. As crianças então recebiam o batismo para salvar

suas almas, a amamentação das amas de leite para salvar suas vidas. As meninas deveriam também ter sua honra salva, por isso foram criados os recolhimentos, nos quais permaneciam preservadas até o casamento, quando receberiam um chamado para serem boas esposas e mães cristãs. Durante esse período, as garotas eram enclausuradas na Santa Casa, com regras a serem cumpridas, como a obrigação de se confessarem todos os primeiros domingos do mês, receberem o Santíssimo Sacramento da Eucaristia diariamente, bem como, eram punidas caso não cumprissem com tais princípios.

O Hospital cresceu com ajuda de doações e pelo prestígio que a Santa Casa ganhava com o desenvolvimento econômico da colônia. Da época de sua fundação até a metade do século XVIII, a Santa Casa foi dirigida por pessoas situadas nos altos escalões do governo. As Santas Casas constituíam-se no principal instrumento de ação social da Coroa portuguesa, sua criação acompanhou o estabelecimento dos primeiros poderes governamentais.

Dessa forma, as irmandades ocupam lugar de destaque numa história de assistência, isto é, práticas ligadas aos costumes e ensinamentos cristãos e, por tanto, realizadas pelo amor de Deus e em nome da salvação da alma, como se acreditava na época de sua criação. Atualmente, a instituição está presente em todo o país, sendo a de maior porte a de Lisboa, que se encontra no Largo Trindade Coelho, entre o Chiado e o Bairro Alto. Este largo é denominado popularmente como Largo da Misericórdia ou Largo do Cauteleiro, devido à estátua representando um cauteleiro no largo, que evoca a lotaria e os jogos organizados pela Santa Casa.

No Brasil, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia surgiu ainda no período colonial, instalando-se em Santos desde 1543, seguido pela Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Olinda e São Paulo, sendo a primeira instituição hospitalar do país, destinada a atender aos enfermos dos navios dos portos e moradores das cidades. Nesse período, entretanto, não se pode destacar nenhuma prática como científica, por que esses saberes só emergiram no país a partir da vinda da Corte portuguesa e da criação das faculdades de Medicina e de Direito.

Além disso, pode-se destacar, com a fundação do município do Rio de Janeiro, por exemplo, a Santa Casa de Misericórdia do estado, instalada pelo Padre José de Anchieta para socorrer os tripulantes da esquadra do Almirante Diogo Flores Valdez, aportada à baía de Guanabara em 25 de março de 1582 com escorbuto a bordo. Nesta cidade, responsabilizou-se, secularmente, pela administração dos cemitérios.



Em Porto Alegre, existe atualmente o chamado Complexo Hospitalar Santa Casa, um conjunto de sete hospitais que atende todas as especialidades médicas para particulares e convênios. Um centro cultural está sendo construído junto ao complexo, aproveitando os prédios históricos da instituição. Há também atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), através de convênio entre o Ministério da Educação (MEC), a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e a Santa Casa. Atualmente, no Brasil, existem mais de 2500 hospitais da Santa Casa. Em Minas Gerais, esse número representa 258 instituições filantrópicas de saúde. Em Belo Horizonte a Santa Casa é uma empresa que faz parte do Grupo Santa Casa de Belo Horizonte e é o maior complexo hospitalar do estado. Hoje a obra está presente em quase todas as capitais e em muitos municípios do interior do país, além das Santas Casas de Misericórdia, discorre-se sobre a importância dos Movimentos Sociais para a conquista de muitos direitos, hoje vivenciados na sociedade.

Os movimentos sociais são as lutas sociais em busca de direitos civis, organizados pela sociedade civil com o intuito de reivindicar mudanças sociais diante de uma determinada realidade, possuindo como maior objetivo pressionar o Estado para tomar as devidas providências, os grupos atuantes buscam representação política e agem de forma coletiva para representar resistência frente às desigualdades sociais.

Destaca-se que os movimentos sociais na década de 1970 estavam relacionados com oposição ao regime ditatorial, visto que, a sociedade civil organizada almejava a cidadania participativa, esse processo foi primordial para redemocratização do Brasil.

As ONGs referem-se a uma instituição sem fins lucrativos, organizada pela sociedade civil que visa apoiar e lutar por causas de interesse coletivo.

Segundo o artigo 44 do Código Civil, as associações e as fundações são pessoas jurídicas de direito privado que podem possuir direitos e obrigações legais, além de ter autonomia protegida constitucionalmente.

As associações podem ser de forma: social, educacional, assistencial, ambiental, dentre outros, sendo constituídas por um grupo de pessoas que visam um determinado fim não lucrativo. Possuem um estatuto social ao qual constará para que fins serão utilizadas as rendas advindas de atividades desenvolvidas pela equipe.

O artigo 53 e 54 do Código Civil assim define as associações:



"Art. 53 - Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Parágrafo único – Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Art. 54 – Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterà:

I - a denominação, os fins e a sede da associação;

II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

III - os direitos e deveres dos associados;

IV - as fontes de recursos para sua manutenção;

V – o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;

VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução; VII – a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

No que se refere a uma fundação, pode-se considerar de forma geral, como uma instituição que tem por finalidade uma ação determinada em seus estatutos, bem como, de direito privado, sendo de finalidade econômica não distributiva. É caracterizada por não ter proprietário, nem titular dotadas de personalidade jurídica, seu patrimônio deve ser designado no ato da sua constituição.

Com o intuito de fortalecer as Organizações da Sociedade Civil (OSC) brasileira, bem como trabalhar na defesa e promoção dos direitos comuns em 1991 constitui-se a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), realizando suas ações, voltadas para educação, formação e capacitação dos indivíduos, de forma coletiva, por meio de movimentos populares e sindicatos, sendo consideradas organizações não governamentais.

Salienta-se que as legislações do Terceiro Setor evoluíram ao longo dos anos, a Lei nº 91 de 28 de agosto de 1935 foi uma das primeiras qualificações atribuídas às organizações sem fins lucrativos, cujo em seu artigo 1º retrata:

Art. 1º - As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no país com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade podem ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos: a) que adquiriram personalidade jurídica; b) que estão em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade; c) que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

O art. 2º do mencionado diploma determina que nenhum favor do Estado decorra do título de utilidade pública.

A Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, trouxe um grande avanço para o Terceiro Setor brasileiro, pois nela dispõe o significado do serviço voluntário contento direitos e deveres da prática voluntária.

A Lei nº 91 de 28 de agosto de 1935, que data do Estado Novo, prevê que a declaração de utilidade pública seja feita em decreto do Poder Executivo, mediante requerimento processado no Ministério da Justiça. Destaca-se que hoje não está mais

em vigor. A Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, cria um modelo de qualificação das organizações públicas não estatais (associações e fundações), voltadas para a execução de atividades relacionadas ao ensino, desenvolvimento tecnológico, preservação ambiental, cultura, saúde e pesquisa científica em organizações sociais.

Por fim, destacamos a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 é considerada o marco legal do segmento, pois é através desta que as entidades recebem a qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

As OSCIPs são ONGs criadas por iniciativa privada possuem um certificado adquirido através do poder público federal desde que comprovado os requisitos solicitados, principalmente no que se refere na administração com transparência. As OSCIPs são uma qualificação do Ministério da Justiça, desde que atenda os pré-requisitos descritos nos artigos: 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 9.790/1999.

A atuação do Terceiro Setor surge na perspectiva em que o Estado não consegue atender as demandas apresentadas em sociedade, transferindo sua responsabilidade para as entidades para que estas apresentem respostas aos problemas sociais. Torna-se primordial destacar que as ONGs planejam e desenvolvem projetos e serviços que visam à efetivação dos direitos sociais, conseqüentemente fazendo com que o Estado se omita deliberadamente da execução de ações necessárias para a proteção dos direitos dos cidadãos.

Sendo assim, para a sociedade o Terceiro setor torna-se essencial, pois preenche uma lacuna deixada pelo Estado no que se refere aos direitos sociais. As ONGs defendem a perspectiva do acesso à cidadania, almejam mudanças sociais, proporcionando aos indivíduos, alternativas para o enfrentamento das desigualdades sociais, conseqüentemente oportunizando aos cidadãos uma vida digna com melhores condições de vida.

### **1.8.1 Os Projetos Sociais Diante da Vida Cotidiana**

Os Projetos são ferramentas de ação que delimitam uma intervenção quanto aos objetivos, metas, formas de atuação, prazos, responsabilidades e avaliação. Já os Projetos Sociais são uma forma de organizar ações para transformar determinada realidade social ou alguma instituição.

Nesse sentido, o Projeto Social é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado único.

É temporário no sentido de que tem um início e fim definidos no tempo, e, por isso, um escopo e recursos definidos. É único no sentido de que não se trata de uma operação de rotina, mas um conjunto específico de operações destinadas a atingir um objetivo em particular.

Os projetos sociais têm por objetivo mudar a realidade individual ou de um determinado grupo de pessoas, principalmente daquelas que se encontram em vulnerabilidades sociais. De acordo com Stephanou (2003, p. 11):

Os projetos sociais nascem do desejo de mudar uma realidade. Os projetos são pontes entre o desejo e a realidade. São ações estruturadas e intencionais, de um grupo ou organização social, que partem da reflexão e do diagnóstico sobre uma determinada problemática e buscam contribuir, em alguma medida, para “um outro mundo possível”.

O surgimento dos projetos sociais tem o intuito de elaborar um conjunto de hipóteses através de estratégias para solucionar ou amenizar uma determinada situação, conseqüentemente contribuindo para a vida dos indivíduos.

Parafraseando Stephanou (2003), devido às mudanças ocorridas na esfera estatal, bem como, na sociedade civil ao longo dos anos, torna-se primordial compreender a importância dos projetos sociais na atual conjuntura.

Salienta-se que os projetos sociais contribuem para a participação efetiva dos indivíduos em sociedade, proporcionando-lhes o acesso à cidadania ampliando o conhecimento referente aos seus direitos, destacando a justiça social.

Diferente de uma concepção assistencial, os projetos sociais se inscrevem num horizonte de construção de direitos e afirmação cidadã. Sua ênfase é a noção de justiça social, o que somente pode ser alcançado através da participação e do exercício da cidadania. (STEPHANOU, 2003, p. 25).

De acordo com Stephanou (2003) e Cury (2001), os projetos sociais proporcionam a sociedade o fortalecimento da democracia e o seu empoderamento, bem como, concede ao Estado uma nova forma de execução das políticas públicas de características inovadoras.

Um bom projeto sempre estará preocupado em transformar uma parte do público indireto em população diretamente envolvida, aumentando seu alcance. Isso significa tentar ampliar os acordos, ampliar o raio de ação do projeto e articular políticas de alianças e estratégias de inclusão de outras questões sociais ou públicos existentes em seu local de atuação. (STEPHANOU, 2003, p. 59).

A elaboração e execução dos projetos sociais devem ser embasadas na complexidade que norteiam a realidade, compreendendo os limites e possibilidades

das demandas apresentadas para que se possam construir soluções para os problemas sociais.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), estamos entre as cinco nações mais desiguais do planeta, pois apenas 1% dos habitantes concentra até 23% de toda a renda.

Com a crescente desigualdade social, os projetos sociais buscam criar oportunidades para a população. Essa iniciativa surge com o intuito de amenizar a miséria e carência da sociedade a qual o Estado não atende a garantia de direitos, transferindo sua responsabilidade para as ONGs.

Os projetos sociais são capazes de mudar a perspectiva de vida dos indivíduos, famílias e até mesmo de uma comunidade inteira, afinal geralmente são voltados a educação formal, serviços de promoção à cultura empoderamento econômicos, preenchendo a lacuna deixada pelo poder público, oferecendo para a população uma nova possibilidade de desenvolvimento social e econômico.

A atuação do Assistente Social frente aos projetos sociais deve acontecer de forma multidisciplinar, partilhada e conjunta na construção de alternativas no combate das desigualdades sociais. Diante disso, conclui-se que os projetos sociais agregam significativamente na vida cotidiana dos sujeitos sociais, pois tem por objetivo a mudança da realidade dos indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidades, lhes proporcionando o acesso e a garantia de direitos. Deste modo, os projetos sociais possuem grande relevância, pois contribuem para o desenvolvimento social, transformando a realidade da sociedade, amenizando as desigualdades existentes, afinal os projetos desenvolvem ações que incentivam os cidadãos a mudarem sua realidade, cada ação está voltada ao bem comum, pois se trabalha os princípios humanos, resgate de vínculos, incentivo à educação e profissionalização dos sujeitos, autoestima, autonomia, bem como, trabalha na prevenção contra o suicídio, drogas, preconceitos, doenças, entre outros. Através dos projetos sociais os sujeitos passam a compreender sua emancipação humana, adquirem sua autonomia e consolidam sua democracia, transformando sua realidade.

### **1.8.2 Fortalecimento e Valores. O Impacto dos Projetos Sociais na Vida do Adolescente**

A adolescência é uma fase conturbada, complexa e dinâmica a qual acontecem diversas mudanças, sendo que nesse estágio ocorrem constantes transformações

físicas, sexuais, orgânicas, cognitivas e psicológicas, decorrente da transição entre a infância e a construção da vida adulta, visto que, é nessa etapa que os adolescentes se deparam com as exigências intelectuais e sociais da vida. Nesse período acontecem também diversas transformações físicas e emocionais, que refletem diretamente em sua evolução da personalidade e na atuação pessoal em sociedade.

Os adolescentes são considerados sujeitos de direitos através da Constituição Federal Brasileira de 1988 e também pelo ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). Diante disso torna-se um direito desses adolescentes ter acesso aos programas, projetos e serviços que fortaleçam sua autonomia e conseqüentemente possam contribuir na construção do exercício de sua cidadania.

Protagonismo juvenil é a participação do adolescente em atividade que extrapolam os âmbitos de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, os diversos âmbitos da vida comunitária; igrejas, clubes, associações e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno sócio-comunitário (COSTA apud BRENER, 2004, p. 19).

O protagonismo do adolescente é fundamental em sociedade, pois esse é um componente da educação para a cidadania, possibilitando a construção de seus valores éticos, como responsabilidade social, solidariedade e respeito.

A juventude demanda políticas públicas efetivas, que garantam seus status de sujeitos de direito, e que possibilitem a esse grupo uma real emancipação social, tendo por base uma política social que tenha por princípio a participação de seus atores, o controle social, a democracia e a liberdade.

Nos dias atuais, a nova geração não possui interesse em estudar para futuramente obter uma vida digna, com o avanço da tecnologia, o acesso às redes sociais fez com que o convívio social seja menos frequente. Diante disso, os projetos sociais auxiliam no amadurecimento dos adolescentes, pois muitas vezes esses não recebem incentivos de sua família e nem da sociedade, e principalmente os projetos sociais visam ocupar o tempo ocioso das crianças e adolescentes que vivem nas ruas, muitas vezes cedendo espaço ao perigo e ações negativas.

Em nosso contexto social, enfrentamos uma sociedade excludente e seletiva, sendo assim muitos jovens não possuem oportunidades para mudar sua realidade, os projetos sociais servem como norteadores para uma transformação de vida, lhes proporcionando o acesso à preparação para o mercado de trabalho, lazer, educação,

cultura, cidadania, entre outros, contribuindo significativamente para o futuro desses adolescentes.

Os projetos sociais voltados para adolescentes contribuem para a transformação da realidade em que esses vivem, muitas vezes evitando o acesso às drogas, violência, abuso sexual e trabalho infantil, reconhecendo que a participação dos jovens tem o poder para provocar transformações decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política no qual estão inseridos.

As intervenções realizadas dentro de um projeto social acontecem de várias maneiras, a partir da necessidade a qual um determinado grupo apresenta, a seguir citaremos algumas dessas:

- Palestra: é a maneira objetiva de apresentar conteúdos pertinentes a um determinado tema.
- Dinâmicas: uma forma descontraída de realizar alguma atividade referente algum tema que no fim remete a uma reflexão.
- Visitas dirigidas: se refere ao deslocamento do grupo a um determinado lugar ou instituição.

A intervenção do Assistente Social é primordial nos projetos sociais, pois consiste na luta da ampliação e garantia de direitos dos adolescentes assegurados através da Constituição Federal e pelo ECA.

Os projetos sociais voltados às crianças e adolescentes objetivam desenvolver um trabalho de socialização e mudança de vida tanto para eles como também para sua família, pois muitas vezes os problemas que atingem a criança e o adolescente tem origem na própria família, como: violência doméstica, pobreza, abandono, entre outros, assim, retirando esses das condições desumanas em que se vivem.

Deve se possibilitar as crianças e adolescentes o processo de humanidade e respeito, expresso no fortalecimento de sua autoestima, da estética, da sociabilidade, no reconhecimento de sua origem e história, na criatividade, na valorização das emoções. Nesse processo a criança e o adolescente podem se reconhecer como ser que deseja, que é protagonista. (SILVA, 2003, p.87).

Diante da conjuntura atual com o fácil acesso à internet, os projetos sociais possibilitam trabalhar questões voltadas para o autoconhecimento do adolescente, fazendo com que esse se reconheça enquanto pessoa e fazendo florescer seus direitos de escolha, sendo protagonista de sua própria história.

Com isso, é preciso encontrar alternativas que proporcionem a criança e ao adolescente oportunidade de crescimento, de qualidade de vida, em perspectiva de

direito e de totalidade, de forma a superar os problemas vivenciados, atingindo as suas determinações.

## 1.9 AS LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS QUE GARANTEM O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ao tratar da história das políticas de atenção à criança no Brasil do século XX, os estudos apontam que o atendimento a essa população ocorria no sentido de suprir necessidades emergenciais. São ações em grande parte, oriundas da igreja católica, cabendo à igreja o exercício das tarefas relacionadas ao atendimento aos órfãos e crianças pobres, assim como os doentes, aos idosos e as viúvas. A perspectiva do atendimento era ora correcional repressiva, ora assistencialista, voltada para doação caritativa e sem interesses imediatos, movidas por valores de ordem religiosa.

O cenário político e social nacional, no início do século XX, era bastante conturbado. Período onde se estabelece a preocupação com a criminalidade juvenil. Nesse contexto, nasce a primeira codificação exclusivamente voltada para tratar dos interesses das crianças e adolescente, qual seja o Código de menores, sancionado em 1927, o chamado “Código Mello Mattos”, em homenagem ao autor do projeto.

Uma das primeiras legislações de amparo às crianças e os adolescentes foi o Código de menores (1927) e um novo Código de Menores (1979), em teoria objetiva a proteção “dos menores”, sendo exposto em seu primeiro artigo à assistência, proteção e vigilância para os menores de 18 anos que se encontravam em situação irregular.

Todavia, com o passar dos anos, o Código de Menores, em determinado momento, tornara-se insuficiente, frente à realidade modificada. Na transição entre uma e outra realidade, sob novos mecanismos de atenção ao problema da criança, destaca-se a atuação dos Juízes de Menores.

O Brasil vivia a Ditadura Militar, sendo essa uma época autoritária, não havia a menor preocupação em atender e compreender a criança e o adolescente, nessa época aquele que apresentava desvio de conduta, abandono, vítima de maus tratos, desassistido juridicamente ou sendo autor de infração penal, era considerado menor em situação irregular, conseqüentemente os afastando da sociedade, pois o Código de menores tinha como objetivo apenas punir os menores infratores, não prestando o atendimento adequado para aqueles que sofriam diversos tipos de violência, deixando-os se assistência.



Após anos de muitas lutas as crianças e os adolescentes passaram a serem protegidos por leis. No Brasil, diante de vários debates e mobilizações, chegou-se ao consenso de que a infância e a adolescência devem ser protegidas por toda sociedade das diferentes formas de violência.

Em seguida, com o processo de redemocratização, promulga-se a tão sonhada Constituição Cidadã de 1988, com significativos avanços. Nesse contexto privilegiado surge o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em meados da década de 1980, já em processo de abertura política, o Brasil sinalizava avanços no campo democrático com o fortalecimento de movimentos sociais de caráter reivindicatório e de denúncias das violações aos direitos humanos. Na área da infância e juventude iniciava-se uma ampla mobilização nacional em prol de um projeto que envolvia a elaboração e a aprovação de uma nova legislação para todas as crianças e adolescentes do país, passando pela participação significativa na Assembleia Nacional através da Comissão Nacional Criança Constituinte, cuja atribuição voltava-se para a inserção dos direitos inerentes a pessoa humana no texto constitucional, considerados fundamentais ao desenvolvimento de toda criança e adolescente. A sociedade passou a debater sobre a falta de políticas adequadas, no campo da infância e juventude.

Segundo Faleiros (1996, p. 51):

A cidadania da criança e adolescente foi incorporada na agenda dos atores políticos e nos discursos oficiais muito recentemente, em função da luta dos movimentos sociais no bojo da elaboração da constituição de 1988. Na cultura e estratégias de poder predominantes, a questão da infância não se tem colocado na perspectiva de uma sociedade e de um estado de direitos, mas na perspectiva do autoritarismo/ clientelismo, combinando benefícios com repressão, concessões limitadas, pessoais e arbitrarias, com disciplinamento, manutenção de ordem ao sabor das correlações de forças sociais ao nível da sociedade do governo.

A Constituição Federal de 1988 determina que haja prioridade absoluta na proteção da infância e na garantia de seus direitos, tanto pelo Estado, bem como, pela sua família e também a sociedade.

Conforme destacamos a seguir o art.227 da Constituição Federal de 1988:

**Art. 227** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

**§ 1º** O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não



governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI - estímulo do poder público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo poder público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

§ 8º A lei estabelecerá:

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

A Constituição também é conhecida como carta Magna e não pode ser contrariada, sendo composta por um conjunto de normas que determina as atribuições e limites das instituições, bem como, destaca os direitos de todos os cidadãos e os deveres do Estado.

Para a melhor garantia de direitos dos cidadãos, através da Constituição surgem às leis, como exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Lei nº. 8069 de 13 de julho de 1990 refere-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sua origem substituiu o caráter assistencialista, corretivo e repressivo das ações socioeducativas, incorporou-se uma postura de proteção

integral as crianças e aos adolescentes, estabelece a necessidade do reconhecimento desses como sujeitos de direitos, sendo prioridade na esfera de políticas públicas.

Corroboramos com Veronese (1996), onde destaca o caráter inovador do ECA na parte referente ao acesso à justiça, que é a proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos referentes às crianças e adolescentes. É o que garante, ao menos formalmente, o acesso à educação e aos serviços de saúde, por exemplo, a grande parte da população infantil e, também, aos adolescentes privados de liberdade.

O ECA apresenta determinadas questões, como os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes; as sanções, quando há o cometimento de ato infracional; quais órgãos devem prestar assistência; e a tipificação de crimes contra criança, surge com o intuito de combater a reprodução de violências voltadas as crianças e aos adolescentes.

O Eca destaca em seus artigos 3º e 4º a concepção de proteção integral e estabelecem as responsabilidades das famílias, da sociedade e do Estado na garantia dos direitos para a infância e à adolescência.

Art. 3º – A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.  
Art. 4º – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

No artigo 53, o ECA referênciava a contribuição da educação ao desenvolvimento pleno da pessoa, à conquista da cidadania e à qualificação para o trabalho, destacando, ainda, aspectos fundamentais da educação como política pública quanto à necessidade de igualdade de condições para o acesso à escola pública.

O artigo 54 enfatiza a obrigatoriedade do Estado no atendimento às crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas e o artigo 11 estabelece a incumbência do município em oferecer a educação infantil, porém ressaltando a prioridade dele no ensino fundamental.

O Estatuto estabelece, ainda, a criação de instrumentos na defesa do atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes, que são os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS),

de 1993, vem complementar e reafirmar o papel do Estado na atenção à infância em seu artigo 2º: “A assistência social tem por objetivos: I) proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II) o amparo às crianças e adolescentes carentes”. Em seu artigo 4º, enfatiza a universalização dos direitos sociais e a importância da integração das políticas de educação, saúde e assistência.

A Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013. (ESTATUTO DA JUVENTUDE), é outro instrumento legal que ampara os jovens no Brasil, esse deve ser garantido e promovido pelo Estado. O Estatuto define como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, e prevê onze direitos específicos, sendo eles:

- Direito à Diversidade e à Igualdade;
- Direito ao Desporto e ao Lazer;
- Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão;
- Direito à Cultura; Direito ao Território e à Mobilidade;
- Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça;
- Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil;
- Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda;
- Direito à Saúde; Direito à Educação;
- Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente.
- E dois benefícios diretos, que são os descontos e gratuidades em transporte interestadual para jovens de baixa renda e a meia-entrada em eventos culturais e esportivos para estudantes e jovens de baixa renda.

Através do Estatuto cria-se o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve) que deve organizar, em todo o país e de maneira participativa, o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações, planos e programas que constituem as políticas públicas de juventude.

Como Categoria Profissional e Sociedade Civil, devemos lutar a favor das determinações previstas pelo ECA, precisamos planejar, organizar e executar ações que servirão como indicativo de que é possível transformar a realidade social a partir da combinação entre conhecimento teórico e conhecimento prático adquiridos da realidade sobre a qual precisamos intervir, a leitura da realidade precisa ser investigativa a partir de questões que possam ser objeto de intervenção profissional,

na busca pela consolidação da cidadania e garantia de direitos das crianças e Adolescentes.

Em virtude dos fatos mencionados, concluímos que essas legislações foram um grande avanço, pois visam à promoção e universalização de direitos das crianças e adolescentes, proporcionando a esse uma melhor qualidade de vida, conseqüentemente combatendo e amenizando as situações de risco e vulnerabilidade social, afinal a Constituição Federal, o ECA e o Estatuto da Juventude promovem o acesso a saúde, educação, cultura e assistência social, todas as áreas que dizem respeito ao bem-estar da população.

#### 1.10 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DIANTE DA INTEGRAÇÃO, AUTONOMIA, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Para amenizar a exclusão social existente em sociedade, a integração social surge para potencializar os indivíduos com o desenvolvimento de sua autonomia. De acordo com a ONU, a integração social visa criar e apoiar uma sociedade inclusiva, dotada de mecanismos que acolham a diversidade e permitam que os mais diferentes indivíduos independentemente de raça, gênero, classe social, idade, crenças, nacionalidade, entre outros, tornando possível a participação ativa dos sujeitos em questões políticas, econômicas e social.

A integração social frente às crianças torna-se necessária para que essas não sejam vistas pela sociedade apenas como sujeitos cumpridores de ordens, mas sim indivíduos que possuem autonomia para se expressarem. Frente aos adolescentes a integração permite desmistificar aquela visão em que a sociedade tem, de que os jovens são apenas sujeitos rebeldes que querem chamar a atenção.

Nossa sociedade é marcada por diferentes realidades culturais, étnicas, sociais e econômicas e por mais que as crianças e os adolescentes sejam protegidos por Lei que defendem os seus direitos, esses passam por discriminação e exclusão social ficando vulneráveis, é nesse momento em que os profissionais atuam para integração desses indivíduos para que eles participem efetivamente na sociedade.

De acordo com Lavallo (2003) a cidadania é entendida como um conjunto de direitos e deveres que um sujeito possui para com a sociedade da qual faz parte e está relacionada à ideia de um posicionamento jurídico-legal perante o Estado.

Essa expressão vem do latim *civitas*, que quer dizer cidade. Antigamente, cidadão era aquele que fazia parte da cidade, tendo direitos e deveres por nela habitar.

Atualmente, esse conceito extrapola os limites urbanos, podendo ser compreendido no espaço rural. Teoricamente, a aplicação do conceito de cidadania é imprescindível para que haja uma melhor organização social. Exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações, garantindo que estes sejam colocados em prática.

Ressaltamos que exercer a cidadania é estar em pleno gozo das disposições constitucionais. Preparar o cidadão para o exercício da cidadania é um dos objetivos da educação de um país.

É diante desse contexto que as políticas públicas elaboram e executam programas e projetos sociais para promover o acesso a cidadania de crianças e adolescentes, possibilitando a eles sua identificação enquanto cidadãos possuidores de direitos e deveres que são preconizados por lei. Essa estratégia permite a participação ativa desses indivíduos e promovem discussões coletivas com visibilidade ética, social e política.

No que se refere à autonomia, diz respeito aos sujeitos tomarem suas próprias decisões, ter independência, bem como, responder pelos seus atos, em uma base filosófica, seu conceito reflete a razão e a liberdade dos indivíduos em tomar suas próprias decisões de forma racional sem depender de outras pessoas, ou seja, ser capaz de fazer as coisas por si, mas essa deve estar relacionada com a consciência da moral.

A autonomia diante do processo de formação das crianças e dos adolescentes torna-se primordial, pois junto com ela apresentam-se as responsabilidades e os limites, desenvolvendo moralidade de ambos, visto que, permite a construção de uma personalidade saudável, exigindo a capacidade de tomar decisões e assumir as consequências dessa, bem como se aprende a traçar metas para alcançar objetivos.

Conceitualmente, a análise do respeito à autonomia de uma criança ou de um adolescente só tem sentido se for conduzida a partir do conhecimento da evolução de suas competências nas diferentes idades. É de conhecimento de todos que a criança nasce totalmente dependente de cuidados alheios e que passa por um processo de desenvolvimento progressivo que a leva a alcançar a completa independência na maturidade, o que, nas sociedades modernas, se situa por volta dos vinte anos de idade.

A autonomia é uma das características mais importantes no desenvolvimento das Crianças e adolescentes. Ela representa a independência e responsabilidade que o indivíduo terá quando crescer e, por esse motivo, é necessário incentivá-la ao longo

dos anos. Trabalhar a autonomia na adolescência pode ser a chave para um mundo com pessoas mais decididas e seguras de si.

O desenvolvimento humano basicamente refere-se às condições e as oportunidades que cada indivíduo possui, conseguindo obter uma vida digna. De um ponto de vista baseado pela psicologia, relaciona-se com a formação de identidade dos sujeitos, ou seja, as características físicas, intelectuais, emocionais, entre outros.

O ECA estabelece que: criança são pessoas com até doze anos incompletos de idade e o adolescente de doze à dezoito anos ambos possuem peculiaridades a qual demandam muita atenção tanto dos familiares quanto da sociedade em geral, visto que, por Lei são considerados sujeitos de direitos.

Partindo desse pressuposto referente ao desenvolvimento humano, destacamos que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a adolescência como período de crescimento e desenvolvimento humano, sendo que acontece depois da infância e antes da idade adulta.

De acordo com, Osório (1992), adolescência é uma etapa evolutiva peculiar ao ser humano, e está culminado todo o processo maturativo biopsicossocial do indivíduo, não podendo ser estudada da isoladamente deve ser compreendida através dos aspectos biológicos, psicológicos, sociais ou culturais.

A adolescência é um período marcado por muitas transformações, ocorre o início da puberdade, corresponde às mudanças físicas e biológicas que ocorre nessa fase da vida do ser humano, é nesse momento que a criança perde seu modo infantil.

A criança, cujas necessidades de carinho e afeição foram satisfeitas, comumente tem os fundamentais sentimentos de segurança que a capacitam a enfrentar os stress da adolescência com um considerável grau de resistência. Se, através dos anos, foi ajudada a entender a si e aos outros, a identificar seus alvos e valores, a resolver seus problemas e a ajustar-se às mudanças, em si mesmo e no ambiente, estará bastante fortalecida para enfrentar as tensões e pressões emocionais da adolescência. Nesta fase, será particularmente importante o grau em que desenvolveu a autodisciplina e aprendeu a aceitar as responsabilidades da progressiva proporção de liberdade que vai alcançando. (CAMPOS, 2010, p. 58).

Destacamos que além dessas mudanças, ocorrem às cobranças na sociedade, afinal nesse processo os adolescentes se preparam para a vida adulta, começam a buscar sua independência social e econômica desenvolvendo sua identidade para interação social.

É importante salientar que durante adolescência ocorrem diversos riscos no quesito comportamento, pois em muitos casos para a aprovação dos demais, os

jovens enfrentam a pressão do uso de drogas, álcool e cigarros, bem como, colocam-se em risco nas relações sexuais precoce, ocasionando em alguns casos doenças sexualmente transmissíveis e também a gravidez indesejada, tudo isso na necessidade de ser aceito em sociedade.

Essa fase é caracterizada por diversos fatores, como destaca Osório, 1992, p.12:

1. Redefinição da imagem corporal, consubstancial na perda do corpo infantil e da conseqüente aquisição do corpo adulto (em particular, dos caracteres sexuais secundários);
2. Culminação do processo de separação/individualização e substituição do vínculo de dependência simbiótica com os pais da infância por relações objetais de autonomia plena;
3. Elaboração de lutos referentes à perda da condição infantil;
4. Estabelecimento de uma escala de valores ou código de ética próprio;
5. Busca de pautas de identificação no grupo de iguais;
6. Estabelecimento de um padrão de luta/fuga no relacionamento com a geração precedente;
7. Aceitação tácita dos ritos de iniciação como condição de ingresso ao status adulto;
8. Assunção de funções ou papéis sexuais auto-outorgados, ou seja, consoante inclinações pessoais independentemente das expectativas familiares e eventualmente (homossexuais) até mesmo das imposições biológicas do gênero a que pertence.

Sendo assim, destacamos que tanto a criança quanto o adolescente merecem todo o cuidado por parte da família, Estado e sociedade, afinal ambos estão em processo de seu desenvolvimento humano, possuem a necessidade de sua integração em sociedade para que possam se expressar. Por muitas vezes, o adolescente é visto como rebelde, não sendo compreendido pela sociedade, devemos tomar ações que preparem esses sujeitos sociais para o mundo, afinal tudo é muito novo para eles.

Salientamos ainda, que para a categoria profissional, o ECA surge para que os Assistentes Sociais adotem uma postura ético-política frente a demanda criança e adolescente, fazendo com que se garanta os direitos desses enquanto cidadãos, inclusive para aqueles que violam as leis, afinal o modo de produção capitalista reflete na sociedade, surgindo muitas desigualdades sociais afetando o adolescente, que por muitas vezes, não tem oportunidades e conseqüentemente entra para o mundo do tráfico.

Apesar dos avanços na compreensão da adolescência, ainda se pode identificar uma tendência a caracterizar este período apenas como um momento no curso de vida, repleto de dificuldades, conflitos, alterações constantes de humor e comportamentos de risco (Lerner, 2004; Steinberg & Morris, 2001).



Portanto torna-se extremamente necessário a garantia de direitos da criança e do adolescente, visando sua integração social, autonomia e cidadania e tomar medidas que auxiliem em seu desenvolvimento humano, e muitos desses acessos à garantia está associado aos Projetos Sociais, Programas, Ações e atividades que visem à inclusão da Criança e adolescente na sociedade de uma forma sadia e harmoniosa.

### 1.11 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS PROJETOS SOCIAIS

O Serviço Social é uma profissão regulamentada pela Lei. 8.662/93 de 7 de junho de 1993, que expõe em seu artigo 4º (nos incisos de I à XI), as competências pertinentes ao profissional Assistente Social, destacamos entre essas as que constituem atividade privativa do profissional, sendo: elaborar, coordenar, executar e avaliar: planos, programas e projetos juntamente com a sociedade civil.

Os Assistentes Sociais atuam com as mais variadas expressões da Questão Social que se apresentam na sociedade, devido às desigualdades econômicas e sociais advindos do nosso sistema econômico vigente denominado capitalismo.

Para que seja possível a resposta às demandas que surgem, o profissional torna-se agente de implementação e execução de políticas sociais.

A Constituição Federal de 1988 inaugurou novas perspectivas com: a unidade política de Assistência Social e não só federal; seu reconhecimento como dever de Estado no campo da seguridade social e não mais como política isolada a complementar a Previdência Social, com papel público pouco ou nada definido; o caráter de direito de cidadania e não mais de ajuda ou favor ocasional e emergencial; a organização, sob o princípio da descentralização e da participação, rompendo com a centralidade federal e a ausente democratização da sua gestão sob o âmbito governamental. (BRASIL, 2005, p.81).

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma grande conquista para a Assistência Social, pois até então era vista como prática filantrópica, logo com a Constituição passa a ser reconhecida como política pública, sendo direito do cidadão e um dever Estatal.

Para a consolidação da Assistência Social enquanto política pública, surgem a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, a política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, que segundo Alves apud Campos (2012), expressou a materialidade da assistência social, garantido a construção e implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, Norma Operacional Básica



de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) em 2006, todas essas que possibilitaram a normatização dos serviços e atendimentos socioassistenciais.

Com o intuito de intensificar a participação ativa da população nos projetos socioassistenciais, essas normativas surgem para a universalização dos acessos, bem como, para a responsabilização do Estado com a sociedade, visto que, promovem a divulgação abrangente dos programas, serviços e benefícios preponderando os atendimentos às necessidades sociais, reiterando o respeito e a dignidade do cidadão.

Em 1993, institui-se a LOAS- LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA (Lei. 8.742/93), a qual regulamentou a assistência social no Brasil, sendo que é através dessa que se constitui a prestação de serviços aos cidadãos.

Art. 1 A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas (BRASIL, 1993).

A LOAS tem como aporte principal a proteção das classes vulnerabilizadas, organiza e estrutura a assistência social no Brasil, prevê um salário mínimo para idosos que não contribuíram regularmente para a previdência social e para pessoas com deficiência sem condições de trabalho e ainda institui uma série de direitos sociais preconizados na Constituição de 1988.

Partindo da LOAS, o Ministério de Desenvolvimento Social criou o SUAS-SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O SUAS foi criado por meio de deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, está previsto na LOAS e foi consolidado sua implementação no ano de 2005, através de sua NOB - Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que apresenta claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa.

Este é um sistema constituído com uma única direção, caracterizado pela gestão compartilhada e cofinanciamento das ações pelos três entes federados e pelo controle social exercido pelos Conselhos de Assistência Social dos municípios, Estados e União. No SUAS, as ações da assistência social são organizadas tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades. Define uma série de serviços socioassistenciais, como a garantia do acesso ao conhecimento dos direitos, bem como a defesa dos mesmos por meio de

um atendimento digno e respeitoso com vistas à conquista da autonomia e acesso às oportunidades sociais.

O SUAS prevê também um conjunto de ações, atenções, benefícios e auxílios para promover a proteção social dos usuários, pensando na redução do impacto das necessidades sociais e naturais ao ciclo da vida e a dignidade humana.

A assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários, espaço de seu protagonismo e exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para os serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (YAZBEK, 2008, p.95).

Com o intuito de atender às necessidades da população usuária, a Assistência Social deve implementar um conjunto de programas, projetos e benefícios voltados para a proteção social e deve ser articulada as demais políticas sociais

Em novembro de 2009 em reunião ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, sob a resolução 109 resolve aprovar a TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS, organizando-os por níveis de complexidade do SUAS; sendo eles: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Para cada nível de proteção social estipulou-se, ou tipificou-se os serviços a serem oferecidos, sendo dispostos abaixo:

I - Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

livro Tipificação Nacional.indd 3 19/1/2010 15:30:484

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:
  - abrigo institucional;
  - Casa-Lar;
  - Casa de Passagem;
  - Residência Inclusiva.
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.” (TIPIFICAÇÃO, 2009).

No que se refere às entidades sociais, os projetos têm sua viabilidade constantemente e são imprescindíveis, pois o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) exige para a realização da inscrição da ONG e também para a solicitação de recursos, bem como, a apresentação periódica de relatórios. É importante destacar que para a sobrevivência das entidades não governamentais, os assistentes sociais elaboram, coordenam e executam projetos e realizam acompanhamento familiar, para garantir o acesso aos direitos dos usuários.

Para o enfrentamento da Questão Social os projetos sociais possuem uma ação planejada para intervir diante de uma determinada realidade e conseqüentemente transformá-la.

Parafraseando Carvalho, Müller e Stephanou (2003) os projetos sociais buscam contribuir possíveis mudanças a partir de uma determinada reflexão sobre determinado problema.

A atuação do Serviço Social junto aos projetos sociais visa proporcionar aos usuários o acesso à cidadania, autonomia, empoderamento, independência e dignidade humana enquanto sujeitos donos de sua própria história e previne dos riscos expostos na sociedade como: violência, drogas, suicídio, entre outros.

Os projetos sociais possibilitam responder as manifestações da questão social, sendo que os assistentes sociais devem compreender a realidade para sua execução, para possibilitar ao usuário maior impacto social.

Devido ao profissional Assistente Social embasar-se através das dimensões constitutivas: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, sua atuação junto aos projetos sociais é de extrema valia, pois carrega consigo arcabouços teóricos capaz de realizar a leitura crítica da realidade, buscando medidas que beneficiem no desenvolvimento social.

De acordo com Yamamoto (2011) na contemporaneidade o Assistente Social enfrenta um dos maiores desafios que é de ser um profissional propositivo e não somente executor, que ao compreender uma determinada realidade, seja capaz de propor intervenções criativas e eficazes para a efetivação de direitos.

A instrumentalidade pode ser considerada uma propriedade adquirida pela profissão, a partir do momento que seus objetivos são concretizados. Isso se dá pelo fato de proporcionar aos assistentes sociais a objetivação de sua intencionalidade através de respostas profissionais. Essas propriedades adquiridas conseguem dar suporte para modificação e transformação, como

mudanças significativas e subjetivas no âmbito das relações sociais e também interpessoais (SANTOS, SANTOS e SILVA, 2012, p. 10).

O uso dos instrumentais técnicos operativos do Serviço Social possibilita ao profissional executar suas intervenções, fazendo toda a diferença na prática profissional, frente aos projetos sociais, pois através de operacioná-los, somente o Assistente Social conseguirá realizar a leitura crítica da sociedade e consequentemente objetivando uma ação para a transformação dessa.

Para lamamoto (2005), os projetos sociais das organizações privadas são movidos pelo interesse privado em detrimento do interesse público. Ocorre que, sendo o atendimento voltado para grupos e segmentos sociais específicos, ele tem por base os princípios da seletividade e da elegibilidade do atendimento social. O trabalho do Assistente Social passa a ter, portanto, sentidos e resultados sociais bem distintos, o que altera o significado sócio do trabalho técnico-profissional, bem como ainda seu nível de abrangência.

Destacamos também que o Assistente Social no Terceiro Setor trabalha diretamente com projetos Sociais, sendo responsável por defender e formular as políticas públicas e programas sociais do terceiro setor e atua na Política de Assistência Social, formulando ações que promovam a educação, o trabalho, defendam a criança e o adolescente, além de empresas, entidades assistenciais e ONGs. No que se referem às atribuições profissionais, os Assistentes Sociais estão sendo demandados nestes novos espaços profissionais para atuar na gestão de programas sociais, o que implica o desenvolvimento de competências no campo do planejamento, formulação e avaliação de políticas sociais.

Diante disso, conclui-se que a atuação do Assistente Social frente aos projetos sociais, buscam-se alternativas para aquela realidade que se apresenta, buscando amenizar os problemas sociais advindos do capitalismo, lutando constantemente pela garantia de direitos dos indivíduos, bem como, buscando a autonomia para esses enquanto cidadãos, frente à demanda criança e adolescente viabiliza uma transformação social, a qual esses desenvolvem sua autonomia, protagonismo e o acesso à cidadania.

### **1.11.1 Os Impactos Contributivos da Atuação Profissional Junto a Demanda Criança e Adolescente**

A profissão de Serviço Social tem como objeto de trabalho as expressões da Questão Social, essa por sua vez se materializa na sociedade em forma de: pobreza, fome, desemprego, exclusão, entre outras. Assim sendo, a matéria-prima da profissão exige que o Assistente Social realize uma leitura crítica da realidade, com estratégias de intervenção que possibilite atender todas as demandas que surgem, visto que, sua atuação profissional deve estar em consonância com os embasamentos teóricos que fundamentam o Serviço Social.

O Serviço Social na contemporaneidade teve o desafio de decifrar os novos tempos, que exigiu um profissional qualificado, não sendo apenas crítico e reflexivo, mas com suporte teórico e metodológico para embasar-se em suas críticas e diante da realidade, construir propostas de trabalhos criativos, pois da Questão Social (desigualdade, desemprego, exclusão e pobreza) estarão presentes em nosso cotidiano. Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação (IAMAMOTO, 2012, p.19).

Diante disso, destacamos que a criança e o adolescente, sendo uma demanda do Serviço Social, estão expostos a vários riscos sociais que conseqüentemente afetam sua autonomia, cidadania e protagonismo em sociedade, necessitando de atendimento do profissional Assistente Social para garantir os seus direitos enquanto cidadãos.

Ressaltamos que o reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente estão garantidos através da Constituição Federal de 1988 e pela Lei. 8069, de 13 de julho de 1990 (ECA).

Sendo assim, para que todos os direitos da criança e do adolescente sejam garantidos, torna-se primordial a atuação do Assistente Social frente às políticas públicas, voltadas para essa demanda, no intuito de superar suas vulnerabilidades sociais diante de uma sociedade excludente, seletiva e individualista.

De acordo com Iamamoto (2007) o profissional em Serviço Social deve criar propostas de trabalho que sejam criativas capazes de desenvolver habilidades para decifrar a realidade diante aos novos tempos para a preservação e a efetivação de direitos frente às demandas emergentes no cotidiano.

Além disso, para melhorar a qualidade de vida da demanda criança e adolescente o Assistente Social atua nos projetos sociais voltados para proporcionar o acesso a sua autonomia, cidadania e protagonismo, bem como, evitando que esses estejam expostos às drogas, violência, trabalho infantil, entre outros males que rodeiam a sociedade.

Para Freire (2001) e Santos (2003) Autonomia e protagonismo, estão ligados à autopercepção do indivíduo e são fundamentais para a reversão da desigualdade social, conseqüentemente possibilitando a inclusão social, ou seja, de forma ativa e participativa os sujeitos sociais possuem a oportunidade de atuar em seu contexto social.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 227 dispõem que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1998).

Sendo assim, a profissão de Serviço Social sendo inscrita na divisão social e técnica do trabalho possui extrema relevância diante da criança e do adolescente, pois além do compromisso ético com essa demanda contribui para seu desenvolvimento humano, lhes proporcionando espaço para serem ouvidos, bem como, para compreenderem os seus direitos e também deveres diante da sociedade, exigindo mudanças reais para essa demanda.

Torna-se importante enfatizar que devido os embasamentos teóricos que norteiam os Assistentes Sociais, os profissionais conseguem elaborar, gerir e avaliar os projetos e programas sociais para que de forma clara e objetiva realizem a execução efetiva e eficiente das políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes.

Parafraseando Sposati (1997), no intuito de tornar os cidadãos alcançáveis às demais políticas sociais, a Assistência Social constituiu-se num instrumental de cidadania, vista como uma política pública de direitos devendo assegurar os mínimos sociais que garanta a todos os brasileiros o seu direito em ter acesso à: condições básicas de renda, acolhida, abrigo e condições de convívio.

Ao se tratar da demanda infanto-juvenil o Assistente Social deverá trabalhar também com a família desses sujeitos sociais, pois em alguns casos os problemas que atingem a criança e o adolescente vem de origem do âmbito familiar, referentes às questões de violência doméstica, abandono, condições desumanas, exploração. Em alguns casos, torna-se possível a mediação para o fortalecimento de vínculos, por outro lado, há situações que devido à negligência acontece a destituição familiar.

Sendo assim, a intervenção profissional frente ao individual é tão importante quanto a familiar.

Para Petrini (2003), devemos considerar que a família que possui dificuldades em atender a manutenção e sustentação de seus membros, geralmente desencadeia a manifestação da violência, pois ficam mais expostos em produzir situações para a vulnerabilidade.

A inclusão na rede de serviços da política de assistência social e nos serviços de outras políticas sociais remete à perspectiva de intersectorialidade (entre políticas setoriais) e do trabalho em rede (rede socioassistencial), além do trabalho interdisciplinar ou em equipes nos quais os processos de trabalho específico se articula a outros processos de trabalho, porque o profissional de Serviço Social atua na interseção e articulação de políticas, para atender integralmente às necessidades das famílias.

Para entendermos sobre o trabalho do Assistente Social, enquanto parte de um processo de trabalho, faz-se necessário, inicialmente, compreender a categoria trabalho e as especificidades do trabalho na área de serviços. Segundo Marx (2003), o trabalho é todo ato de transformação de um objeto natural (ou que já tenha tido algum tipo de trabalho) em produto que satisfaça as necessidades, mediado pelos meios de trabalho. Esse ato, por ser social e ter uma dimensão teológica, ou seja, guiado por uma finalidade e gerar novas necessidades, transforma o objeto e o próprio homem.

Desse modo, o Serviço Social como uma profissão interventiva e com posicionamento ético-político busca colaborar para a implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, de tal maneira que propicie tanto condições para a proteção integral da criança e do adolescente, pensando e executando ações lúdicas, recreativas, educativas para esses sujeitos, quanto criando condições (mediante inclusão na rede de serviços) que proteja e potencialize a família para exercer o papel de socialização e proteção; desenvolvimento de ações que acarretem na construção de novos vínculos.

As mudanças e os avanços na legislação referentes à infância e à adolescência vêm sendo efetivadas de forma gradativa, porém ainda não integral, pelas práticas de atendimento e pelo trabalho em rede, posto que o contexto de restrição de gasto social e divisão de responsabilidades com a sociedade civil e com a própria família deixam



as políticas da área em estado de precariedade e insuficiência para atender às demandas e que se expressam pela falta de recursos financeiros, humanos e materiais para tal efetivação. O Serviço Social inserido nas equipes interdisciplinares tem no processo interventivo buscar mediar os problemas sociais dos sujeitos no contexto das relações sociais. As competências e atribuições apreendidas pelo profissional permite direcionar a sua análise crítica da realidade de modo específico necessário para o enfrentamento das situações e demandas sociais do cotidiano.

O Serviço Social, enquanto processo de trabalho, pode contribuir para uma intervenção mais definitiva e transformadora da realidade social de crianças e adolescentes institucionalizados, assim como as demais problemáticas que circundam o seu campo de trabalho, em que o profissional deve acompanhar o movimento contemporâneo social e visualizar os novos espaços profissionais como possibilidades e estratégias de intervenção em uma dada realidade concreta.

Atualmente, as políticas sociais, são desenvolvidas pelo estado, município e organizações não governamentais, sendo que tais políticas têm como objetivo o desenvolvimento social, e no caso de criança e do adolescente, a proteção destes, e o seu reconhecimento como sujeitos de direito, e como pessoas em desenvolvimento. Contudo, as crianças e adolescentes não tem conhecimento dos seus direitos, garantidos por lei, não tem acesso a essas informações, e quem as tem, por interesses próprios, os negam, e outros se omitem. A maioria das famílias brasileiras também não conhece os seus direitos, e muitas vezes são enganados, por falta de informação, por falta de alguém que lhe mostre o que e seu, os seus direitos, e os ajude auxilie, na busca destes, o Assistente Social vai trabalhar para auxiliar nesse acesso.

Ressaltamos que o Serviço Social é a profissão que atua no campo das políticas sociais com o compromisso de defesa e garantia dos direitos sociais da população, usando o fortalecimento da democracia. A ação do Serviço Social se volta no enfrentamento das condições sociais, seja ela nos mais diversos campos, intervindo sobre as situações de risco social e vulnerabilidade, contribuindo para uma abordagem global que vai além da demanda apresentada. Lembramos que a intervenção do Assistente Social representa uma ação em conjunto com a atual legislação de proteção às crianças e adolescentes, pois atua na intersetorialidade, articulação e efetivação de direitos e tem como referência as diretrizes ético-políticas do Serviço Social, as quais privilegiam o seu papel principal de interpretação das expressões da questão social, dada a sua dinamicidade, e de identificação de



estratégias no enfrentamento das demandas resultantes do contexto de desigualdade social, marcado pela exclusão social, do desemprego, da violência e das situações de risco social.

Salienta-se que muito já alcançamos na luta para a efetivação dos direitos sociais, é tempo de ultrapassar essa barreira solitária de cada segmento da sociedade em seus desafios na sua especificidade e buscar o coletivo dos segmentos a efetivação das políticas públicas como um todo, unidos no mesmo objetivo, entendimento, conhecimento. Avançando para uma construção universal da proteção social, buscando a prevenção da violação dos direitos.

O Assistente Social executa o seu processo de trabalho através da política social, atua na contradição da sociedade, a qual é permeada de desigualdades sociais e econômicas que atinge diretamente a demanda criança e adolescente. Então em cada atuação, a categoria profissional agrega impactos positivos na vida desses sujeitos sociais, afinal viabilizam a inclusão social, o acesso aos direitos que são garantidos pela Constituição Federal e pelo ECA, bem como, realizam a integração social, através de programas e projetos, que contribuem significativamente para seu desenvolvimento humano.

Em virtude dos fatos mencionados, concluímos que, o Assistente Social trabalha as vulnerabilidades sociais da criança e do adolescente hoje, para que ele não reproduza na vida em sociedade o trauma deixado muitas vezes pela família sem estrutura, pela fome, pelas drogas, pela situação de rua, abandono, exclusão social, falta de apoio e por todas as expressões da questão social que se manifestaram em seu cotidiano. É preciso acreditar na mudança, é preciso acreditar no ser humano, mas este precisa de oportunidade, de conhecimento e de projetos que o amparem diante da sua situação de vida.

## 2 ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL

Nesse último item, se abordará o conceito de estágio, seu objetivo e qual sua significância na nossa formação profissional, destacando a contribuição do Projeto Bombeiro Mirim nesse período, seu impacto junto aos participantes e para a sociedade, enfatizando o trabalho do Assistente Social frente ao Projeto, bem como, caracterizando os sujeitos sociais abordados durante esse processo, e por fim, sintetizando e analisando as práticas de intervenção do Estágio.

### 2.1 A CONCEPÇÃO DO ESTÁGIO DE SERVIÇO SOCIAL

O Estágio de Serviço Social é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática, tem como objetivo instigar a reflexão sobre o agir profissional do Assistente Social, frente à dinâmica contraditória da sociedade. Destaca-se que é durante esse processo que se começa a adquirir um perfil profissional.

Os estágios supervisionados em Serviço Social são orientados através da Política Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) descreve em seu art. 2º:

I- Propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação; II- fortalecer a concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais; III- contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias; IV- propor e coordenar processos contínuos e sistemáticos de avaliação da formação profissional nos níveis de Graduação e Pós-graduação. (ABEPSS, 2008).

Foi através de um documento base, construído por representantes de cada regional da ABEPSS, que a construção da PNE foi orientada por princípios democráticos e descentralizada de debates coletivos. Para se efetivar a presença do estágio no curso de Serviço Social em consonância com as Diretrizes Curriculares, as Unidades de formação acadêmicas (UFAs) e os participantes contribuíram de forma significativa na qualificação dos debates. Destaca-se que foram realizadas 06 oficinas regionais, obtendo a presença de 4.445 participantes e 175 unidades de formação

acadêmicas, todavia, a PNE, discretamente em concepção de estágio apresenta-se nas Diretrizes Curriculares de 1996.

A presença das UFAs e dos profissionais diante dessa tarefa foi primordial, pois realizaram um debate com aprofundamento reflexivo e de qualidade perante o estágio, apresentando-o de forma com consonância ao Código de Ética do Serviço Social e também com as Diretrizes Curriculares.

A partir da concepção definida pelas diretrizes curriculares aprovadas nos fóruns da ABEPSS, a temática do estágio na formação profissional deve constituir-se em aprofundamento permanente no interior do debate acadêmico, como elemento constituinte e constitutivo da formação profissional, e de competência das unidades de ensino no processo formativo. Nessa direção o tratamento dado ao estágio deve ser pauta constante dos fóruns da ABEPSS, no sentido de antecipar-se de forma articulada e organizada, na defesa do projeto ético-político da profissão, do ensino da formação de qualidade; pressupostos das diretrizes. (ABRAMIDES, 2003, p.16).

Diante de todos os desafios que a categoria profissional enfrenta, o estágio supervisionado deve acontecer de forma que prepare o estagiário em sua construção profissional, visando uma supervisão de qualidade e de relevância social.

A resolução nº 533, de 29 de setembro de 2008, foi aprovada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). A seguir vejamos sua elaboração justificada, que considera diversos aspectos:

[...] que a norma regulamentadora, acerca da supervisão direta de estágio em Serviço Social, deve estar em consonância com os princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais, com as bases legais da Lei de Regulamentação da Profissão e com as exigências teórico-metodológicas das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS, bem como o disposto na Resolução CNE/CES 15/2002 e na lei 11.788, de 25 de setembro de 2008;

-a necessidade de normatizar a relação direta, sistemática e contínua entre as Instituições de Ensino Superior, as instituições campos de estágio e os Conselhos Regionais de Serviço Social, na busca da indissociabilidade entre formação e exercício profissional;

-a importância de se garantir a qualidade do exercício profissional do assistente social que, para tanto, deve ter assegurada uma aprendizagem de qualidade, por meio da supervisão direta, além de outros requisitos necessários à formação profissional;

-que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica. (Resolução CFESS n. 533 de 2008).

O estágio supervisionado em seu processo deve ser composto pelos referentes sujeitos: acadêmico/estagiário; supervisor de campo (Assistente Social); professor (supervisor acadêmico); instituições de ensino; instituições de campo e demais profissionais envolvidos no lócus de realização do estágio.

A Resolução 533/2008 estabelece em seu artigo 1º:

As Unidades de Ensino, por meio dos coordenadores de curso, coordenadores de estágio e/ou outro profissional de serviço social responsável nas respectivas instituições pela abertura de campo de estágio, obrigatório e não obrigatório, em conformidade com a exigência determinada pelo artigo 14 da Lei 8662/1993, terão prazo de 30 (trinta) dias, a partir do início de cada semestre letivo, para encaminhar aos Conselhos Regionais de Serviço Social de sua jurisdição, comunicação formal e escrita, indicando: I- Campos credenciados, bem como seus respectivos endereços e contatos; II- Nome e número de registro no CRESS dos profissionais responsáveis pela supervisão acadêmica e de campo; III- Nome do estagiário e semestre em que está matriculado. (CFESS, 2008, Art. 1º).

Diante disso, a inserção e encaminhamento do aluno ao campo de estágio é de responsabilidade das instituições de ensino e seus respectivos representantes.

A ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e ENESSO, enquanto entidades de formação, exercício profissional e estudantil devem estabelecer um tratamento permanente na defesa do estágio qualificado buscando estratégias para o enfrentamento das questões postas na contemporaneidade. (ABRAMIDES, 2003/2004, p.16).

Perante a nossa conjuntura atual, devido à precarização trabalho e dos direitos sociais o estágio supervisionado contribui para a defesa da categoria profissional, visto que, sua formação está em consonância o projeto ético-político do Serviço Social.

Segundo Iamamoto (1998), é perante aos impactos da contrarreforma do Estado que vem avançando ofensivamente, na política do ensino superior no Brasil, em particular, no interior dos cursos de Serviço Social é que somos desafiados a realizar críticas sobre o contexto e o processo de implantação e efetivação das diretrizes curriculares de 1996.

O estágio supervisionado do Serviço Social além de inserir os acadêmicos nos espaços socioinstitucionais, visa à reflexão da intervenção profissional, diante de uma sociedade marcada pelas contradições ocasionadas pelo sistema capitalista. Diante disso, permite ao aluno construir seu perfil e identidade profissional, embasando-se através das teorias apresentadas na universidade, além disso, durante esse processo propicia ao acadêmico a aproximação aos usuários, podendo realizar uma avaliação nas intervenções, acerca da reflexão teórico-prática.

Configura-se em um processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do (a) estagiário (a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos. (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários (as)). (PNE, 2010, p. 15).

Enfatizamos que a aproximação ao exercício profissional durante o processo de estágio, possibilita a materialização das três dimensões constitutivas que embasam a intervenção profissional, fazendo com que através do contato com a realidade o estudante possa: analisar, refletir, interpretar e investigar, além de criar estratégias para o enfrentamento das demandas que se apresentam no cotidiano, em contrapartida incorporando uma postura profissional, a qual o Serviço Social exige, nos diversos campos de atuação.

Buriolla (2001) destaca que a importância do professor, supervisor de campo e supervisor acadêmico é ímpar, pois esses contribuí para o direcionamento um novo profissional que, na maioria das vezes, será influenciado pelos mesmos. Sendo assim, os atuais estagiários, futuramente Assistentes Sociais, devem adquirir uma postura ética, com uma visão crítica da realidade, comprometida com a emancipação e desenvolvimento da cidadania dos usuários.

Parafraseando Oliveira (2004), ressalta quatro elementos fundamentais para problematizar o estágio supervisionado, sendo eles: a legalidade, a legitimidade, os diferentes sujeitos e a construção de uma nova lógica curricular.

Sendo assim, concluímos que, o estágio supervisionado do Serviço Social torna-se um instrumento fundamental na formação profissional, pois possibilita uma análise crítica, constrói a capacidade interventiva, propositiva e investigativa durante o seu processo, bem como deve garantir a percepção do significado sócio-histórico da profissão.

É nesta perspectiva que o estágio supervisionado adquire um peso privilegiado no processo de formação profissional do estudante do curso de Serviço Social, podendo oportunizar não somente aproximações no processo de capacitação teórico-metodológica para o exercício profissional, mas também o conhecimento das diferentes relações que compõem o complexo tecido social. (OLIVEIRA, 2004, p.67).

Enfatizamos também, que é durante o estágio que o acadêmico incorpora a qualidade dos serviços prestados aos usuários, em defesa de sua liberdade, equidade

e justiça social, conforme preconizam o código de ética profissional e o projeto ético político do Serviço Social, que contribuem significativamente para uma sociedade mais justa e igualitária.

## 2.2 O PROJETO BOMBEIRO MIRIM E A CONTRIBUIÇÃO PARA A VIDA DOS ADOLESCENTES

O Projeto Bombeiro Mirim objetiva em revelar a importância da participação efetiva dos adolescentes em sociedade, garantindo o acesso à cidadania, contribuindo na vida dos jovens em sua formação política, enquanto cidadão, para que possam compreender a sociedade e se reconhecer como agente constituidor e transformador de realidades. Destaca-se ainda que a consciência como capacidade individual torna-se ainda mais eficiente quando despertada ainda na infância e na adolescência.

Nessa perspectiva a atuação do Assistente social frente ao Projeto Bombeiro Mirim, pode surgir como mediador para a formação política e social dos adolescentes, em prol do desenvolvimento de sua autonomia enquanto sujeitos de direitos, garantindo o acesso à cidadania, através de abordagens grupais, com diferentes temáticas, a fim de transmitir-lhes conhecimentos sobre a sociedade em que estão inseridos.

O Projeto Bombeiro Mirim contribui significativamente na vida dos adolescentes, pois se trabalha o desenvolvimento de valores como respeito, honestidade, solidariedade e responsabilidade, visto que, esses agregam em seu desenvolvimento humano complementando sua educação através de práticas que exploram desenvolvimento mental, moral, cívico, social e físico. Em uma compreensão do Serviço Social, estamos garantindo os direitos desses adolescentes conforme preconiza o ECA.

A operacionalização deste Projeto proporciona aos adolescentes um relacionamento sadio e produtivo, propiciando a iniciativa da independência e busca de identidade, evitando ociosidade nociva que leva a frequentar as ruas, e seguindo o caminho da marginalidade.

Enfatizamos que atualmente muitos adolescentes são de família desestruturada norteadas de violências que infelizmente reflete diretamente no desenvolvimento desses indivíduos, ficando cada vez mais expostos ao crime e ao acesso às drogas. O projeto oportuniza mudança de vida tanto para o adolescente quanto para sua família, afinal o Bombeiro Mirim desenvolve diversas atividades que

apresentam o risco do uso de drogas, assim evitando que futuramente esses adolescentes façam uso dessas substâncias, bem como, evitem o mundo do crime. Em contrapartida desenvolve ações voltadas à profissão de bombeiro que desperta nos jovens o interesse em ter essa profissão, sendo uma das mais reconhecidas e admiradas pela sociedade.

Diante disso o Projeto Bombeiro Mirim é de extrema importância para o município de Caçador, pois além de promover o empoderamento dos adolescentes, contribui para a sua formação em sociedade, oportunizando-os de usufruir do convívio social, diminuindo desigualdades sociais, fortalecendo os valores morais essenciais para a formação de caráter dos jovens, além de provocar a empatia com o próximo, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, conforme preza o nosso Projeto Ético-político profissional.

Assim sendo, em uma perspectiva do Serviço Social esse projeto contribui para refletir sobre as práticas profissionais frente aos Projetos Sociais, mostrando a importância do compromisso com a qualidade dos serviços prestados junto aos adolescentes, pois o Assistente Social deve garantir os direitos desses sujeitos sociais, oportunizando-os com a participação ativa na sociedade em que estão inseridos.

### 2.3 PROJETO DE INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL

A Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador, com sede e foro no Município que lhe emprestou o nome, estabelecida na Rua General Sampaio, 200, fundada em 20 de fevereiro de 1971, doravante denominada simplesmente ASSOCIAÇÃO, é uma entidade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio distintos dos seus integrantes, firmada nos moldes da autorização constitucional prevista no art. 109, § 2º da Constituição do Estado de Santa Catarina, e na Lei Federal 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, tendo por finalidade a prestação de serviços sociais voluntários, nas áreas de segurança, saúde e defesa civil.

Reconhecida como entidade de utilidade pública nas esferas federal (Portaria Federal n.º 336 de 02 de maio de 2.000), estadual (Lei n.º 4759 de 30 de junho de 1.972) e municipal (Lei n.º 23/71 de 09 de novembro de 1971). Tem como objetivos a proteção e o salvamento dos bens materiais e, principalmente, da vida dos habitantes no município de Caçador - SC, em casos de calamidades públicas, incêndios e



acidentes em geral, bem como, desenvolver atividades que visam à prática da prevenção de sinistros.

Um dos Projetos desenvolvidos pela Instituição denomina-se: PROJETO BOMBEIRO MIRIM, sendo esse em que o estágio supervisionado foi realizado no período de um ano e seis meses.

Destacamos que o Serviço Social dentro do Projeto teve sua origem através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), pois o surgimento da Tipificação em 2009, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS/RH), detectou a necessidade da contratação do profissional Assistente Social, para a sua atuação junto ao Projeto Bombeiro Mirim.

A efetivação da contratação ocorreu no ano de 2013. Desde essa data até atualmente, conta-se com este profissional, para atendimento as demandas do Serviço Social, exclusivamente junto ao Projeto Bombeiro Mirim.

Esta proposta de trabalho coordenada pela Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador – “Bombeiros Voluntários”, está em consonância com a ABVESC – Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina, difundido em diversos municípios do Estado, respeitando as características da faixa etária da população atendida, bem como, as necessidades e possibilidades de cada município e de qualquer Associação de Bombeiros Voluntários na implantação dessa ação. Conta-se com 02 (dois) profissionais para a realização do Projeto:

- 01 (um) Coordenador – Bombeiro Instrutor – Evandro Soares;
- 01 (uma) Assistente Social – Luciana Alves de Lima.

O objetivo geral do Projeto Bombeiro Mirim é desenvolver atividades socioeducativas, culturais e específicas da área bombeiril, de caráter preventivo, contribuindo com a educação e formação física, moral e social dos adolescentes integrantes do Projeto. Ao abordar temas relacionados às atividades de bombeiro, busca-se auxiliar no desenvolvimento de pessoas preocupadas com o bem, os valores, a coletividade e as atividades sociais e voluntárias.

As instruções são semanais, com atividades desenvolvidas em módulos de dois anos. Junto ao Núcleo de Ensino e Instruções (NEI), são realizadas instruções teóricas e práticas, em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente, Conselho Tutelar e outros órgãos afins na área do adolescente, para encaminhamentos e outros devidos que se fizerem necessários.



Os recursos oriundos da instituição advêm de convênios, verbas, doações, fomentos, do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), de Projetos realizados, tendo como sua mantenedora principal a Prefeitura Municipal de Caçador.

O serviço social encontra-se inserido, junto ao NEI, ao qual se consegue desenvolver suas práticas interventivas, junto ao Projeto Bombeiro Mirim, por meio dos encaminhamentos da Rede Socioassistencial de todo município, bem como, a acolhida dos adolescentes que queiram acessar e participar do Projeto Bombeiro Mirim.

Realizam-se reuniões sistemáticas mensais com os pais, para acompanhamento, trocas de experiências, dúvidas, avisos, palestras com diversos temas, entre outros assuntos que se fizerem necessários.

São realizadas reuniões com a equipe técnica, para troca de dados, repasse de informações e montagem sistemática de atividades que serão realizadas durante todo o processo.

As instruções são proferidas, pelas equipes do Projeto Bombeiro Mirim, Bombeiros Voluntários com conhecimentos específicos da área bombeiril e para os temas que envolvem outras áreas de conhecimento, são convidados profissionais da rede pública de saúde, educação e assistência social, entre outras áreas.

## 2.4 PROJETO ACADÊMICO

O Estágio Supervisionado II e III foi realizado na Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador – Bombeiros Voluntários, junto ao Núcleo de Ensino e Instruções (NEI), ao qual se desenvolve o Projeto Bombeiro Mirim, que por sua vez, tem sede juntamente ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador.

O principal foco de intervenção foi: adolescentes de doze (12) a quatorze (14) anos, bem como, atendo também as suas famílias, desenvolvendo práticas socioeducativas e culturais, utilizando-se dos instrumentais técnicos operativos da profissão de Serviço Social, contribuindo para a formação física, moral e social, dos adolescentes integrantes do Projeto Bombeiro Mirim.

Durante esse período de estágio trabalhamos junto aos bombeiros mirins as seguintes atividades: respeito ao próximo, dislexia, bullying, cyber-bullying, cidadania, preconceito, drogas, dinâmicas referentes aos temas e passeios à Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Tiro de Guerra, Associação de Pais e Amigos dos excepcionais

de Caçador (APAE), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

Os temas abordados junto aos adolescentes tinham como objetivo causar um impacto social, fazendo com que eles fizessem uma reflexão sobre suas atitudes no cotidiano lhes proporcionando uma nova visão de mundo, afinal esses jovens são o futuro de uma sociedade que atualmente está norteadada por preconceitos, bullying, drogas, entre outros males, que cabe a nós orientarmos esses sujeitos com o intuito de construir uma sociedade mais justa, amenizando as desigualdades sociais. Os passeios realizados juntamente com os bombeiros mirins, teve a finalidade de lhes garantir o acesso ao direito de cidadania, mostrando-os algumas instituições essenciais em nosso município, bem como, apresentar através da UNIARP cursos que futuramente esses queiram ingressar, uma vez que já estão na fase da adolescência a qual ocorrem muitas dúvidas referentes à qual profissão seguir, sendo assim, enfatizou-se a importância dos estudos pós-ensino médio, afinal o mercado de trabalho está cada vez mais seletivo.

No passeio realizado na APAE, foi possível causar um impacto social ainda maior, pois essa instituição tem como principal missão prestar serviços nas diversas áreas de assistência social, saúde e educação, no que se diz respeito à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência, conscientizando cada vez mais a sociedade, podendo assim salientar a importância do respeito frente às pessoas com deficiência, enfatizando a importância da inclusão social.

O significado desta experiência foi o amadurecimento acadêmico/profissional nas intervenções perante aos usuários, sendo possível incorporar uma postura profissional durante o processo de estágio, diante da unidade teórica/prática, utilizando-se das teorias apreendidas em âmbito acadêmico como: Código de Ética da profissão, Projeto Ético Político, as três Dimensões Constitutivas, Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão de Serviço Social e também o ECA, lei que garante os direitos da criança e do adolescente. O objetivo do estágio, além de compreender a intervenção profissional, foi contribuir significativamente para vida de cada adolescente participante do Projeto.

Estar à frente da realidade social, nos fez refletir e analisar, que o modo de produção vigente em nosso país, reflete diariamente na vida do ser humano. Sendo este o principal responsável pelas mais diversas expressões da Questão social

existentes, causando sérios impactos sociais e econômicos na vida de cada usuário, atribuindo para as desigualdades sociais.

## 2.5 O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO

O Serviço Social é uma profissão que dispõem instrumentais técnicos operativos essenciais para a intervenção profissional, sendo assim, no Projeto Bombeiro Mirim, inicia-se a prática profissional através de entrevista e levantamento socioeconômico que nos permite conhecer a realidade das famílias, identificando as dificuldades enfrentadas por essas e realizando assim as devidas orientações. Além desses, utiliza-se os seguintes instrumentais: reunião, observação, encaminhamento, visita domiciliar, análise de conjuntura, documentação, abordagem individual e grupal.

Enfatizamos que durante o período de estágio, foi possível acompanhar apenas uma visita domiciliar, pois existe um desafio do Serviço Social enfrentado dentro da instituição, sendo ela, a não disponibilização de um carro específico para a Assistente Social realizar visitas domiciliares, dependendo exclusivamente de algum bombeiro para a locomoção através da viatura da Associação.

No que se refere aos encaminhamentos, esse acontece a toda rede socioassistencial do município, além de encaminhar os adolescentes ao mercado de trabalho quando surgem vagas para jovem aprendiz, oportunizando-os o acesso à independência financeira, contribuindo para a renda familiar.

Na área social, trabalham-se diversos temas como: bullying, respeito, a importância do civismo, preconceito, suicídio, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, cultura, cidadania, valores, entre outros que se fazem necessários.

Realizam-se passeios em instituições a modo de garantir o acesso à cidadania, sendo elas: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Tiro de Guerra, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador (APAE), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

Acontece uma vez por mês uma reunião com os pais/responsáveis, sobre diversos temas, como por exemplo: suicídio, meio ambiente, saúde, entre outros, a fim de aproximar esses ao Projeto e também identificar possíveis fragilidades familiares, conseqüentemente realizando os devidos encaminhamentos.

As normativas, leis e conselhos que regem o Projeto Bombeiro Mirim são:

- SUAS – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

- PNAS – POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
- TIPIFICAÇÃO DE 2009;
- CONANDA – CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
- CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
- CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
- CME – CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO;
- ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
- ABVESC – ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SANTA CATARINA.

## 2.6 CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DOS SUJEITOS SOCIAIS DA PRÁTICA DE ESTÁGIO

Os participantes do PROJETO BOMBEIRO MIRIM são adolescentes entre 12 (doze) a 14 (quatorze) anos que demonstram interesse na prática de Bombeiro Voluntário e que atendam ao Perfil dos Usuários da Política Nacional de Assistência Social, ou seja, cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos, bem como alunos de toda área estudantil do município, que buscam espontaneamente ou foram encaminhados de toda a rede socioassistencial.

Diante do contexto, reforçamos que na adolescência ocorrem muitas mudanças físicas e psicológicas, sendo marcada por momentos de dúvidas, descobertas e anseios. Caracteriza-se pelo início da puberdade, finalizando o crescimento físico, acontecendo à maturidade, preparando os adolescentes para a vida adulta. Nessa fase necessita-se de atenção, pois é nesse período que se incorpora hábitos, valores, e comportamentos que definirão suas condutas humanas, o que levará às escolhas da vida, sendo elas boas ou ruins, além de enfrentar uma sociedade que muitas vezes analisa esse momento como rebeldia e crise de identidade. Por isso a importância de preparar esses adolescentes para essas mudanças e uma vida em sociedade, no projeto bombeiro Mirim eles têm essa oportunidade.

As expressões da “Questão social” mais evidenciadas nos adolescentes e suas famílias são: as vulnerabilidades econômicas e sociais, perda ou fragilidade de vínculos afetivos, o desemprego, problemas de saúde.

A maioria dos adolescentes que frequenta o projeto mora com os pais, sendo uma minoria que reside com avós. Através dos instrumentais: levantamento sócio-econômico e entrevista, foi possível identificar que muitas dessas famílias possuem apenas uma renda, o que conseqüentemente enfrentam muitas necessidades econômicas e sociais.

Através do instrumental técnico operativo, tornava-se possível identificar se aquela família havia perfil CadÚnico, logo realiza-se o encaminhamento para a rede socioassistencial para atender à necessidade dessa.

No que se refere aos participantes do projeto, a maioria desses foram encaminhados da rede socioassistencial para ter acesso a um apoio social, em contrapartida alguns procuram de forma espontânea por se identificarem pela profissão de bombeiro. Além de participar o Projeto Bombeiro Mirim, um adolescente frequentava a rede CESMAR (CENTRO SOCIAL MARISTA), um participava de campeonatos de xadrez pela escola e outro se identificava com a política sendo vereador mirim, mas podemos enfatizar que a maioria desses jovens no período inverso do escolar apenas frequentava o Projeto.

Ressalta-se que através do Projeto foi possível encaminhar alguns adolescentes para participarem do Programa Jovem aprendiz, o que auxiliou na manutenção de renda familiar, bem como, contribuiu no quesito de responsabilidade na vida desses participantes.

Atualmente o Projeto Bombeiro Mirim, situa-se dentro do NEI, sendo desenvolvido gratuitamente, atendendo 75 (setenta e cinco) adolescentes. Realizam-se atividades semanalmente nas terças, quartas e quintas-feiras, no período das 13h30min às 16h00, com 15 minutos de intervalo para o lanche.

As atividades são desenvolvidas em módulos de dois anos de duração sendo fornecido aos participantes material de instrução e uniforme completo (boné – cobertura, camiseta manga curta, moletom, calça, cinto e botina).

Um dos requisitos para participação e manutenção dos mirins, ao Projeto, é estarem frequentando a escola regular (pública ou privada), bem como, ter um bom rendimento e comportamento escolar. Além dos mais diversos temas da área bombeiril, os mirins, tem acesso a informações sobre cidadania, civismo, trânsito, educação, saúde e da área social, entre outras participações em Fóruns, Seminários, passeios, entre outras, quando existam.

O horário das atividades é inverso ao do período escolar. Visa oferecer acompanhamento, orientação e mecanismo de desenvolvimento para a proteção integral que trata o ECA, de forma a criar habilidades na prevenção de incêndio, noções de primeiros socorros, prevenção e redução de desastre e o trabalho da Defesa Civil, educação de trânsito, meio ambiente, etiqueta na prática, guia para a família (conversando sobre drogas), educação física, esporte e cultura, bem como fomentar sentimento de solidariedade, responsabilidade e cidadania, além de proporcionar orientação socioeducativa sob a luz da Política Nacional de Assistência Social, sendo esta uma Política Pública para quem dela necessitar, sendo direito do cidadão e dever do Estado.

## 2.7 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO ESTÁGIO

A experiência da vivência de estágio no Projeto Bombeiro Mirim propiciou o desenvolvimento da capacidade para intervenção profissional, além de fortalecer a construção de uma visão crítica da sociedade, identificando as expressões da Questão Social que acercam a vida dos participantes e de suas famílias. Através das abordagens, pode-se alcançar uma relevância social impactante na vida dos adolescentes, amenizando desigualdades sociais que os rodeiam na vida cotidiana, atingindo positivamente em suas vidas, fazendo com que reflitam em suas ações para que respeitem as diferenças existentes na sociedade. Salienta-se que a nível pessoal o processo de estágio possibilitou o conhecimento de novas histórias de vida, contribuindo para que a cada dia possamos lutar por igualdades sociais, independentemente de estar realizando as intervenções que o Serviço Social preconiza, afinal antes de ser um excelente profissional devemos ser ótimos seres humanos que acreditam na equidade social.

Diante disso, segue algumas das experiências planejadas, organizadas, executadas e vivenciadas.

### **Abordagem Grupal**

#### **Identificação:**

Data: 06/03/2018 (terça-feira).

Local: NEI – Núcleo de Ensino e Instruções - Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador – Bombeiros Voluntários.

Participantes: Assistente Social Luciana, Coordenador do Projeto – Bombeiro Soares, Estagiária J. e os participantes do Projeto de Bombeiro Mirim da terça-feira.

Estagiária: Jenifer Isabelin Ribeiro.

Horário: 13h30min às 17h30min.

Duração: 4 horas.

Objetivo: Conhecer os participantes do Projeto de Bombeiro Mirim da turma de terça-feira.

Pauta: Adquirir conhecimento sobre o funcionamento do Projeto Bombeiro Mirim.

Instrumental Técnico Operativo utilizado: Observação e Análise de Conjuntura

### **Relatório Técnico:**

No primeiro dia de estágio, tivemos o primeiro contato com a A.S.L (Assistente Social Luciana) a qual nos apresentou toda documentação do Projeto, bem como instrumentais utilizados pela mesma, em sua atuação. No mesmo dia, tivemos oportunidade de conhecer alguns dos profissionais da Instituição, inclusive o novo Presidente, e os participantes do Projeto Bombeiro Mirim da turma de terça-feira, que estão no segundo módulo do Projeto.

A A.S.L, nos apresentou aos participantes do Projeto, em seguida fora entregue e realizada a troca do fardamento, o mesmo foi adquirido através de doação pelo FIA (Fundo para a Infância e Adolescência), através de apresentação de Projeto para aquisição para este fim.

Neste dia também, foram lembradas as regras que o Projeto possui, entre elas, advertência verbal, advertência escrita, suspensão ou até mesmo expulsão caso necessário.

A Instituição possui o Cronograma anual, contendo as intervenções a serem realizadas com o Projeto, onde neste contém instruções na área bombeiril, com 03 (três) vezes ao mês, uma teórica e uma prática, bem como 01 (uma) vez por mês, na área social, onde neste conseguem realizar passeios, a fim de conhecimentos, interação com demais grupos de adolescentes, participação em Fóruns, Seminários, entre outros.

Neste primeiro dia de estágio ainda, a A.S.L., repassou ao novo Presidente toda a lógica da prática do Projeto Bombeiro Mirim, documentação, pastas dos mirins, relatórios, instrumentais técnicos utilizados necessários, entre outros.

Uma mãe procurou a A.S.L., para repassar uma informação acerca de outra mirim, de que a esta mirim P. havia feito um vídeo íntimo e repassou ao “primo”, e



infelizmente este veio à tona, sendo repassado a demais pessoas. A A.S.L. e o Coordenador do Projeto repassaram ao Comando do BV – Bombeiro Voluntário, e que por sugestão, sugeriu de que a A.S.L., realizasse uma visita domiciliar juntamente ao Coordenador, e encaminhasse aos órgãos competentes, o que fora feito.

Na visita domiciliar, a A.S.L. e o Coordenador, repassaram a informação à mãe e a própria mirim, uma vez que as mesmas, mãe M. e mirim P., nem desconfiavam ou tinham conhecimento do ocorrido e das proporções que esse ato havia tomado.

A família é constituída, pela mirim, filha única, pai e mãe, onde estes pais bastante conflituosos, pai alcoólatra e mãe com depressão pós-parto. Família acompanhada já desde o ano passado, mãe acompanha a filha. É uma situação bastante delicada, pois a adolescente tentou suicídio por um rapaz, falta de diálogo em casa.

A A.S. L., reencaminhou a mãe e a filha a psicóloga, e a mãe relatou de que, está em lista de espera no Posto de Saúde, para iniciar Psicoterapia, com a adolescente P., orientou ainda, de que a mãe procurasse ao Conselho Tutelar, bem como DEPCAMI – Delegacia de Polícia, para devidos procedimentos pertinentes ao caso.

No Projeto ainda, a A.S.L., e o Coordenador – Soares alertaram aos mirins, de que não haja em hipótese nenhuma bullying para com a mirim, uma vez que todos já sabiam e repassaram também sobre o assunto.

#### **Avaliação e Consideração da Estagiária:**

Podemos observar que o trabalho desenvolvido pela equipe do Projeto Bombeiro Mirim, junto ao Bombeiro Voluntário é muito desafiante, mas ao mesmo tempo um Projeto muito lindo, no qual transforma a vida de muitos adolescentes, afinal eles estão construindo uma futura profissão digna de respeito e admiração, pois salvam muitas vidas, todos os dias.

Precisam estar preparados para qualquer situação, pois muitas vezes aparecem situações delicadas onde devem ser tomadas algumas atitudes, na qual irá refletir na vida do adolescente.

Observamos o quanto o convívio familiar se faz influente na vida do adolescente, pois quando o vínculo está fragilizado, isso faz com que o adolescente tenha atitudes precipitadas, errôneas.

Por isso a intervenção profissional do Assistente Social tem que ser embasada no Código de Ética Profissional, para ter a devida postura na intervenção, para saber orientar devidamente ao usuário, bem como às suas famílias.

### **Abordagem Grupal:**

#### **Identificação**

Data: 03/04/2018 e 05/04/2018 (Terça-feira e quinta-feira).

Local: NEI – Núcleo de Ensino e Instruções - Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador – Bombeiros Voluntários.

Participantes: A. S. L., Estagiárias J. e D. e o Projeto de Bombeiro Mirim da terça- feira e quinta-feira.

Estagiária: Jenifer Isabelin Ribeiro.

Horário: 13h30min às 17h30min.

Duração: 4 horas.

Objetivo: Sensibilizar ao grupo, a importância do respeito ao outro.

Pauta:

Dinâmicas:

- A formiga imaginária;
- Detetive e assassino;
- O feitiço virou contra o feiticeiro.

Instrumental Técnico Operativo utilizado: Observação, Análise de Conjuntura, abordagem grupal.

#### **Relatório Técnico:**

Nesse dia iniciou junto ao Projeto Bombeiro Mirim, uma nova estagiária do Curso de Serviço Social da UNIP D., onde juntas realizamos uma tarde de dinâmicas para a descontração e interação do grupo, com objetivo de orientá-los e sensibilizá-los, através de dinâmicas.

A estagiária D., fez duas dinâmicas, a primeira foi a da Formiga Imaginária, ela explicou que eles deveriam imaginar uma formiga em seguida colocariam essa formiga em alguma parte do corpo do colega, alguns colocaram a formiga no pé, e muitos riam da situação do outro, assim que todos “colocaram a formiga”, a estagiária D., orientou que eles teriam que dar um beijo aonde eles colocaram a formiga, então alguns se recusaram, pois não queriam dar o beijo no pé do colega, foi assim que a

estagiária D, explicou, que antes de rir ou falar mal de alguém devemos nos colocar no lugar do outro.

Em seguida realizamos a dinâmica: Detetive e assassino, o grupo deveria ficar em círculo, em um pedaço de papel estava escrito assassino, em outro estava detetive e nos restantes, vítima.

O assassino tem a função de matar todos os integrantes do círculo com uma piscada, mas deve tomar cuidado para que o detetive não o descubra, pois, se isso acontecer o detetive deve dizer ao assassino: - Você está preso em nome da lei. O papel das vítimas é só esperar a hora de serem mortas, quando isso acontece elas devem dizer: - Morri. Se o assassino matar todos ou se o detetive descobrir quem é o assassino a brincadeira acaba e se faz o sorteio novamente. O objetivo dessa dinâmica é integrar o grupo, observar a atenção e percepção visual.

A dinâmica que aplicamos chama-se: O feitiço virou contra o feiticeiro. Forma-se um círculo, cada um tem que escrever em um papel o que deseja que seu colega da direita realize no centro do círculo, pode ser: pagar micos, cantar, dançar, recitar poemas, falar algo, enfim o que quisesse, sem que ninguém veja o que está sendo escrito. Depois que todos escreveram o feitiço vira contra o feiticeiro então quem realizará o que está escrito é quem escreveu. Todos ficaram surpresos e se sentiram constrangidos. O objetivo dessa dinâmica é não desejar para o próximo o que eu não quero para mim, instiga uma reflexão.

Por fim, realizadas as dinâmicas, pedimos para que eles fizessem duas atividades para entregar na próxima semana, uma relatando o que sentiu nas duas primeiras dinâmicas, pontos positivos e negativos e a outra sobre a terceira dinâmica em forma de texto no mínimo dez linhas, explicando o que sentiram e o que aprenderam com as dinâmicas.

### **Avaliação e Consideração da Estagiária:**

As dinâmicas de grupo visam de forma mais descontraída aumentar a percepção do profissional, através da observação, um de nossos instrumentais, incentivando ou conscientizando sobre um determinado assunto.

Nesse sentido foi possível sentir a Dimensão Constitutiva do Serviço Social, a Técnico-operativa, pois a mesma tem por objetivo conhecer e apropriar-se do conjunto de habilidades das técnicas utilizadas na intervenção com os usuários e é onde se criam estratégias e táticas de intervenção em uma perspectiva crítica. Conhecer a

realidade social e institucional irá garantir a qualidades dos atendimentos desenvolvidos pelos Assistentes Sociais.

### **Abordagem Individual**

#### **Identificação:**

Data: 04/04/2018 (quarta-feira)

Local: NEI - Núcleo de Ensino e Instruções - Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador – Bombeiros Voluntários.

Participantes: A. S. L., Estagiária e o Projeto Bombeiro Mirim da quarta-feira.

Estagiária: Jenifer Isabelin Ribeiro.

Horário: 13h30min às 17h30min.

Duração: 4 horas.

Objetivo: Conhecer um pouco mais o grupo de adolescentes participantes do Projeto

Pauta: Através da atividade solicitada na semana anterior, descobrir as perspectivas de vida do grupo.

Instrumental Técnico Operativo utilizado: Observação, Análise de Conjuntura e abordagem individual.

#### **Relatório Técnico:**

Cada um realizou a leitura na frente do grupo o que havia escrito. Alguns apenas responderam às perguntas: Quem sou eu? Qual meu maior medo/temor? Qual meu maior sonho? Outros por sua vez fizeram em forma de texto.

#### **Avaliação e Consideração da Estagiária:**

O profissional deve conhecer mais sobre o grupo ao qual está inserido e através de uma intervenção individual, como essa, é possível sentir, se o adolescente planeja o seu futuro, quais seus maiores medos, podendo então auxiliar o mesmo no que precisar.

A acolhida é fundamental, pois faz com que o adolescente sinta que está em um ambiente onde todos ao seu redor queiram o seu bem e também se interessam em conhecer mais sobre a sua vida. Incentivar essa troca faz a diferença no grupo de adolescentes, propõe um momento de reflexão e de autoconhecimento.

### **Entrevista**

#### **Identificação:**

Data: 09/04/2018 (segunda-feira).

Local: NEI - Núcleo de Ensino e Instruções - Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador – Bombeiros Voluntários.

Participantes: A. S. L., Estagiárias J. e D. e os pais/responsável do adolescente participante do Projeto da quarta-feira.

Estagiária: Jenifer Isabelin Ribeiro.

Horário: 13h30min às 17h.

Duração: 4 horas.

Objetivo: Realizar Levantamento Sócioeconômico.

Pauta: Levantar dados acerca da família e encaminhamentos que se fizerem necessários.

Técnico Operativo utilizado: Levantamento socioeconômico, Entrevista e Observação.

#### **Relatório Técnico:**

Realizamos a primeira entrevista, marcada para as 14h com a mãe da mirim B., a A.S.L., realizou uma entrevista para conhecer qual a realidade dessa família, em seguida, utilizando o instrumental, levantamento socioeconômico, verificando assim que essa família tem perfil para Cad. Único, pois apenas o pai trabalha e com sua renda sustenta o mesmo, esposa e duas filhas. Sendo assim a A.S.L., orientou essa mãe sobre o Cad. Único que é um sistema para famílias de baixa renda, aquelas que possuem meio salário mínimo mensal por pessoa integrante da mesma ou aquelas em que a renda total mensal é de até três salários mínimos, lhes fornecendo vários benefícios. E explicou-lhe ainda, que ela não é obrigada a realizar o cadastro, porém como através dessa entrevista a A.S. L identificou essa questão é dever da mesma lhe informar.

Procedemos com a segunda entrevista, marcada para as 15h com a mãe do G., a A.S.L., entrevistou a mesma, e ela relatou que seu filho é muito educado, atencioso, esforçado e responsável, que ele foi para o Projeto por vontade própria, sendo um sonho desde pequeno, nos relatou também que G. sempre menciona que quando começar a trabalhar irá ajudá-la com as despesas da casa, mas ela sempre o orienta que não é para ele se preocupar, pois esse é momento que o mesmo deve se focar nos estudos.

A entrevista marcada para as 16h com a mãe da I. não foi realizada, pois a mesma não compareceu, entretanto compareceu uma mãe que não havia participado da reunião de sexta-feira, mas como deveríamos esperar a mãe que havia deixado marcada a entrevista, nos dirigimos para outra sala para realizarmos a leitura do

Regimento Interno e do Termo de Responsabilidade, recolhendo assim sua assinatura, mas em virtude da espera da mãe de I. a A.S.L, não realizou a entrevista e o levantamento socioeconômico.

#### **Avaliação e Consideração da Estagiária:**

A entrevista é um instrumental, o qual a A.S. utiliza, na busca de subsídios para intervenção, da vida do usuário, onde se adquire informações de como esse indivíduo vive e de que forma sobrevive e suas necessidades.

Levantamento socioeconômico é uma conclusão que apresentará um resumo dos resultados mais significativos de uma pesquisa, que conduziram à comprovação dos dados alcançados.

Vale ressaltar que o Assistente Social possui um Código de Ética, onde em seu X. Princípio está escrito que devemos ter compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. Diante disso observou-se que uma mãe nos procurou e a mesma não tinha marcado hora, porém ela não deveria ficar sem atendimento, pois ela tem direito a ser atendida e ouvida.

#### **Abordagem grupal – Palestra**

##### **Identificação:**

Data: 11/04/2018 (quarta-feira) e 17/04/2018 (terça-feira)

Local: NEI - Núcleo de Ensino e Instruções - Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador – Bombeiros Voluntários.

Participantes: A. S. L., Estagiárias J. e D., e participantes do Projeto Bombeiro da turma de quarta-feira e terça-feira.

Estagiária: Jenifer Isabelin Ribeiro.

Horário: 13h30min às 17h30min.

Duração: 4 horas.

Objetivo: Esclarecer aos adolescentes sobre Cidadania.

Pauta: Demonstração de slides, vídeos e dinâmicas.

Técnico Operativo utilizado: Abordagem, Análise de Conjuntura e Observação.

##### **Relatório Técnico:**

Realizamos uma pequena palestra para os mirins esclarecendo sobre o tema: Cidadania, que é o conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo que vive

em sociedade, no que se refere ao seu poder e grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua posição em poder nele intervir e transformá-lo.

Apresentamos também dois vídeos em que um retratava um homem no qual ajudava e respeitava o próximo e os que estavam ao seu redor o criticavam, mas ele seguia com suas boas ações. O que chama atenção no vídeo é a hora em que aparece uma pequena menina, que ele sempre ajudava, a mesma aparece uniformizada para demonstrar que ela conseguiu ir à escola, acessando assim um direito. Em seguida orientamos aos mirins, ressaltando a importância de fazermos a diferença, e se cada um fizer sua parte todos teremos uma sociedade melhor.

O outro vídeo apresentado demonstrava a diversidade e a importância de respeitar a diferença do próximo, afinal vivemos em um mundo onde cada pessoa é diferente da outra, onde todos têm o direito de ser respeitado.

Após as apresentações dos vídeos, escrevemos no quadro a palavra CIDADANIA e solicitamos que cada um fosse até o quadro e escrevesse uma palavra ou frase que definisse o que entendeu sobre o tema. Os mirins foram muito participativos e muitos quiseram ir mais que uma vez.

Em seguida aplicamos à dinâmica: O feitiço virou contra o feiticeiro, pois eles ainda não haviam realizado a mesma, através dela, esclarecemos a importância do respeito e não desejar para o outro o que não queremos para nós mesmos.

No dia de terça feira, a estagiária D. distribuiu uma folha para cada e solicitou que de um lado escrevessem direito e do outro dever, explicando que ela iria falar sobre algumas situações então eles levantariam a folha com o lado correspondente que eles pensavam ser direito ou dever, então a mesma colocou as seguintes situações:

- Voto para escolher os governantes;
- Acesso à escola;
- Preservar a natureza;
- Patrimônio Público;

Alguns confundiram, porém a estagiária D., explicou a todos o que era direito e o que era dever.

Após essa dinâmica a estagiária D. informou que os mirins deveriam simular que eles se candidatariam a presidência e deveriam formular algumas leis, os mesmos demonstraram interesse, mas deram ênfase ao uso de celular na escola e no Projeto, outros por sua vez colocaram pontos como mais empregos para jovens, aumento de salário e diminuição nos preços dos alimentos.



O Coordenador, chamou para uma intervenção individual o mirim I., pois o mesmo não está participando efetivamente das atividades passadas, esquecendo seus materiais em casa e possuindo algumas faltas. O adolescente possui um laudo que relata seu déficit de atenção, então o mesmo tem dificuldades em algumas atividades. Ele estava tendo aula com um segundo professor, porém trocou de escola, segundo ele, foi por vontade própria e pensou que teria um segundo professor também nessa escola.

### **Avaliação e Consideração da Estagiária:**

Percebemos que se tornou imprescindível no grupo trabalhar o tema Cidadania, pois através do mesmo, eles adquirem conhecimentos sobre seus direitos, mas em contrapartida eles tomam consciência que possuem deveres e que devem cumpri-los.

O que quisemos atingir, com a dinâmica o feitiço virou contra o feiticeiro, foi de uma forma descontraída, que os mirins, tomassem para si a consciência de que não podemos desejar para o outro, o que não queremos para nós.

Quando se faz intervenção grupal deve-se observar ao todo, porém é necessário observar também o individual, pois às vezes um único adolescente está com alguma dificuldade, necessitando assim de uma intervenção individualizada, até mesmo para não expor a situação em que está vivenciando, podendo assim orientá-lo e auxiliá-lo.

### **Visita domiciliar**

#### **Identificação:**

Data: 18/04/2018 e 19/04/2018 (quarta-feira e quinta-feira).

Local: NEI - Núcleo de Ensino e Instruções - Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador – Bombeiros Voluntários.

Participantes: A. S. L., Coordenador do Projeto, Estagiárias J. e D. e Participantes do Projeto Bombeiro Mirim da quarta e quinta-feira.

Estagiária: Jenifer Isabelin Ribeiro.

Horário: 13h30min às 17h30min.

Duração: 4 horas.

Objetivo: Conhecer o Tiro de Guerra de Caçador, realizar uma visita domiciliar.

Pauta: Proporcionar aos Mirins o acesso à cultura.

Técnico Operativo utilizado: Observação, Análise de Conjuntura e visita domiciliar.

#### **Relatório Técnico:**

No dia 19 de abril é comemorado o dia do exército, sendo assim o Sr. Subtenente B., nos permitiu conhecer o Tiro de Guerra.

Chegamos então as dependências do Tiro de Guerra, o Sr. Subtenente B., nos recepcionou, nos mostrou um vídeo das forças armadas, em seguida nos mostrou os materiais por eles utilizados, incluindo uma barraca usada nas matas, onde eles comem, dormem e se refugiam.

Prepararam duas atividades para os mirins sendo elas: cabo de guerra e duas pontes de cordas para que os adolescentes passassem, porém o Coordenador do Projeto S., solicitou que nós estagiárias, participássemos também.

Ao retornarmos ao Nei, solicitamos aos mirins, um relatório de no mínimo 20 linhas contendo os pontos positivos, negativos e o que mais chamou a atenção de cada um, com relação à visita.

Ainda nesse mesmo dia, quarta-feira, realizamos uma visita domiciliar relacionado ao adolescente I., para conversarmos e orientarmos a mãe do mesmo, porém chegando em sua casa, apenas encontramos o mirim I. e sua irmã B. Solicitamos então, se a mesma aceitaria conversar conosco a respeito de seu irmão I., uma vez que ela seja menor de idade.

Pedimos se ela saberia nos informar o que estava acontecendo com seu irmão I., a respeito de seu comportamento e mudanças. A mesma relatou-nos de que há tempos, ele parou de tomar os remédios, por conta própria e com isso tem apresentado comportamentos agressivos para com os outros, inclusive o próprio pai. Relata ainda que ele não quer mais frequentar a escola, querendo ir trabalhar, o que não é permitido ainda por lei, apenas como Jovem Aprendiz.

Ressalta ainda que seu pai está passando por problemas de saúde e que estão pensando em mudar de município, talvez indo para Timbó Grande, com isso pode ser que a família realize a mudança, e o mirim I., não participe mais no Projeto. O mirim I., trocou de escola e relata que foi o próprio segundo professor, que o orientou a realizar tal mudança. Porém a escola na qual I. está frequentando agora, não possui o reforço escolar, contendo o segundo professor, o que se torna uma dificuldade de aprendizagem para o mesmo, que possui déficit de atenção.

Foram realizadas as devidas orientações e solicitado uma resposta de I., se ele gostaria de ainda frequentar o Projeto, pois o mesmo ao que percebíamos, estava demonstrando desinteresse. Ele compreendeu nossa preocupação, e comprometeu-

se em nos dar retorno, relatando que frequenta o Projeto porque gosta e ninguém lhe obriga.

Depois de realizada a visita, nos deslocamos até a escola em que I. está frequentando agora, pois o Coordenador S., já havia feito contato via telefone, três vezes com o diretor para saber o desenvolvimento escolar de I., porém, o mesmo não realizou retorno.

Chegando até a escola, o diretor, já nos recebeu relatando de que não havia ainda nos dado retorno, por conta de muitos afazeres. Comunicou-nos de que o mirim I., não possuía laudo de déficit de atenção.

### **Avaliação e Consideração da Estagiária:**

Promover o acesso à cultura é fundamental, em todas as faixas etárias. Principalmente, neste período de formação de personalidade, nessa fase da vida que é o da adolescência. Sendo este, um direito garantido ao adolescente, preconizado ao que o ECA, diz e o Projeto Bombeiro Mirim também preza.

São através dos direitos dos adolescentes que lhes repassados conhecimentos sobre a sociedade na qual o mesmo está inserido.

O instrumental técnico da Visita Domiciliar é uma prática do profissional de estar in loco, averiguando, se aproximando da realidade do usuário ou de atendimento realizado por um profissional junto ao indivíduo, em seu próprio meio social ou familiar.

Observamos que através da visita domiciliar, sentimos fragilidade da escola por falta de conhecimento do laudo, na qual a nosso ver, a mesma não está muito preocupada com a educação do adolescente, sendo que é um direito do mesmo a ter acesso à educação, garantida e de qualidade, e no caso de I. que possuiu um laudo, tem direito a segundo professor.

Ressaltamos ainda que a educação é fundamental, porém a escola tem que ser efetiva na vida dos alunos, pois se esta não for, pode ocasionar sérios danos ao aluno, principalmente em alunos que precisam de uma maior atenção.

### **Reunião**

#### **Identificação:**

Data: 01/08/2018 (quarta-feira).

Local: NEI – Núcleo de Ensino e Instruções - Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador – Bombeiros Voluntários.

Participantes: A. S. L., Coordenador do Projeto – Bombeiro S. e Estagiária J.

Estagiária: Jenifer Isabelin Ribeiro.

Horário: 13h15min às 17h15min.

Duração: 4 horas.

Objetivo: Debater sobre a fiscalização do CMDCA - Conselho Municipal de Assistência Social.

Pauta: Reunião para debater sobre a fiscalização do CMDCA.

Instrumental Técnico Operativo utilizado: Reunião.

### **Relatório Técnico:**

No mês de julho deste ano, membros da comissão de fiscalização do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, fizeram-se presentes, junto a Sede da Corporação, para vistoriar o Projeto Bombeiro Mirim, a fim de averiguar seu desenvolvimento e documentações pertinentes.

Assim sendo, nesse primeiro dia de estágio do 2º semestre de 2018, o Coordenador do Projeto bombeiro S., nos informou sobre os detalhes desta fiscalização, pois a A.S.L., encontrava-se em período de férias no dia em que as fiscais estiveram presentes.

Verificaram toda a documentação, constatando estar toda em dia, porém uma das fiscais segundo relato do coordenador bombeiro S., questionou quanto ao cronograma do Projeto, pois, nos dias em que ocorre a intervenção social junto ao grupo de bombeiros mirins estaria apenas descrito “A.S.”, sem descrição do que significa e o qual seria o assunto a ser trabalhado.

O coordenador relatou ainda de que segundo a conselheira, ficaria vago e sugeriria que ser revisto. Ainda ressaltou, que toda atividade realizada com os mirins a partir deste ano, deverá ser fotografada, para apresentar-se em relatório para o conselho.

### **Avaliação e Consideração da Estagiária:**

Analisa-se que o profissional Assistente Social enfrenta quotidianamente, diferentes desafios, pois diante desse fato no qual nos deparamos, pode-se observar que por mais que nos dedicamos diariamente para o melhor desenvolvimento do Projeto, houveram-se ainda críticas

Sendo assim é de extrema importância termos uma postura ética para sabermos lidar com as mais diversas situações, e estarmos ciente que em algumas ocasiões, nosso agir profissional não será bom o bastante, e nesse caso por se tratar

do CMAS, órgão fiscalizador e norteador, este deva nos repassar e orientar em que devamos avançar.

### **Reunião**

#### **Identificação:**

Data: 02/08/2018 (quinta-feira)

Local: NEI – Núcleo de Ensino e Instruções Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador – Bombeiros Voluntários

Participantes: A. S. L., Coordenador do Projeto S., Estagiária J.

Estagiária: Jenifer Isabelin Ribeiro

Horário: 13:15h as 17:15h

Duração: 4 horas

Objetivo: Ler e debater sobre o Edital de Chamamento Público 001/2018 – CMDCA DE CAÇADOR.

Pauta: Analisar, observar e apresentar ideias que atendam as propostas do presente chamamento público para uma possível parceria.

Instrumental Técnico Operativo utilizado: Reunião, observação e Análise de Conjuntura.

#### **Relatório Técnico:**

O CMDCA, o qual o Projeto Bombeiro Mirim, também se encontra inscrito, lançou através do FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, um Edital de Chamamento Público, nº 001/2018, a fim das entidades não governamentais e governamentais, com isso efetuamos a leitura, a fim de nos apropriarmos a respeito do assunto, conhecendo o que este traria com parceria por meio de termo de fomento, nos termos e condições estabelecidas.

Em seguida começamos a debater sobre o que seria solicitado, através de um Projeto voltado à promoção, à proteção e à defesa dos direitos humanos dos adolescentes, pois é o que esse chamamento público solicita.

A princípio surgiram ideias para a troca de fardamento, porém o edital solicita Projetos de cunho social, complementares ou inovadores, então como no ano de 2015, já havia sido solicitado fardamento para os mirins, com isso pensamos que talvez não conseguisse êxito, pois já havíamos ganhado e não seria algo inovador.

Então, optamos pela ideia de jaquetas, pois elas irão complementar o fardamento e também garantir um direito do adolescente, em estar protegido do frio para ir e vir ao Projeto, em dias que se apresentam baixas temperaturas.

### **Avaliação e Consideração da Estagiária:**

O instrumental técnico-operativo reunião é um meio para partilhar, num grupo de pessoas, o mesmo nível de conhecimentos sobre um assunto ou problema e tomar decisões e recomendações para ajudar a organizar os resultados.

Diante disso, neste dia, se fez bom uso desse instrumental e podemos observar, mais uma vez, a importância da teoria como base profissional, pois ela nos guia, mostrando-nos quais atitudes tomar perante as mais variadas situações.

Ressaltamos ainda que se torna imprescindível garantir os direitos dos usuários, nesse caso garantir com que os adolescentes estejam protegidos do frio, o que vem de encontro aos objetivos do Chamamento Público, com a finalidade de atingir aos mirins, mesmo, aos usuários do Projeto.

Diante disso se materializou nosso Projeto Ético-Político, Código de Ética e as dimensões constitutivas que são de extrema valia para nossa profissão.

### **Abordagem grupal**

#### **Identificação:**

Data: 07/08/2018 (terça-feira).

Local: NEI – Núcleo de Ensino e Instruções - Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador – Bombeiros Voluntários.

Participantes: A. S. L., Estagiária D. e J. e os participantes do Projeto Bombeiro Mirim da terça-feira.

Estagiária: Jenifer Isabelin Ribeiro.

Horário: 13h15min às 17h15min.

Duração: 4 horas.

Objetivo: Alertar os adolescentes sobre o bullying.

Pauta: Apresentação de slides, vídeos e dinâmica.

Instrumental Técnico Operativo utilizado: Observação, Abordagem grupal e Análise de Conjuntura.

#### **Relatório Técnico:**

Apresentamos aos mirins, através de slides a LEI 13.185/2015: LEI DO BULLYING.

Explicamos que o bullying é a violência física ou psicológica, praticada por uma pessoa ou por várias, com a intenção de intimidar, agredir ou humilhar a vítima, causando dores, sofrimento, desequilíbrio, angústia, entre outros danos. Esclarecemos os tipos de bullying sendo eles: verbal, moral, sexual, social, psicológico, físico, material e virtual. Explanamos ainda sobre o cyber-bullying que é o bullying praticado via internet.

Através desse tema, procuramos alertar aos mirins para que eles não sofram esse tipo de violência. Por meio de apresentação de slides, deixamos claro quem são as vítimas, o que fazer diante de uma situação de bullying e quais as determinadas ações que fazem um agressor. Ressaltamos a importância desta lei e que ela deve ser cumprida. Em seguida repassamos dois vídeos para reforçar nossa apresentação, eles explanavam as consequências que o bullying causou na vida de alguns jovens, levando ao suicídio.

Os vídeos tiveram como objetivo impactar ao grupo para que eles fiquem atentos para não praticarem esse tipo de violência, bem como se acaso estiverem passando por essa situação, que busquem ajuda, procurem alguém de confiança para que possa conversar e encontrar uma possível saída.

Neste momento solicitamos aos mirins, se por ventura alguém já sofreu algum tipo de bullying. Prontamente, alguns ergueram a mão e logo relataram como foi sentir passar por esse tipo de violência.

Em contrapartida, perguntamos quem já cometeu algum tipo de bullying, a maioria ergueu a mão, reconhecendo que de certa forma, eles foram agressores também e que isso não é bom para quem o recebe, pois não devemos fazer com os outros, o que não queremos para nós mesmos. Orientamos para pensarem em suas ações, pois esse tipo de violência pode gerar graves consequências na vida do próximo, em muitos casos levando até propriamente a se cometer o suicídio.

Na dinâmica realizada, eles deveriam em grupo desenhar um barco, cada integrante teria que fazer um traço do barco, depois disso, eles teriam de repetir o processo, porém simulando algumas situações como:

Participante 1- É cego e só tem o braço direito.

Participante 2- É cego e só tem o braço esquerdo.

Participante 3- É cego.

Participante 4- É mudo.

Participante 5- Não tem os dois braços.



Então fizemos a seguinte pergunta: O que vocês sentiram ao realizar essa atividade? Logo eles responderam que encontraram muita dificuldade, então ressaltamos que essa dinâmica era justamente para que eles percebessem que existem pessoas com suas mais variadas limitações. Porém, não devemos discriminá-las e tão pouco zombar delas por isso e que devemos respeitá-las e ajudá-las sempre que possível, lembrando-os de que, quem pratica o bullying está na verdade, é cometendo um crime.

Mesmo ainda eles sendo adolescentes, encontrando-se em fase de formação de caráter, personalidade, eles cometem um ato infracional, podendo vir a ser submetidos às medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do ECA, até a restrição de sua liberdade, dependendo do caso e seus desdobramentos.

#### **Avaliação e Consideração da Estagiária:**

O bullying e o cyber-bullying infelizmente estão presentes na vida de diversos adolescentes, tal assunto se faz necessário alertar aos jovens, pois está se tornando cada vez mais comum, o bullying cometido, até mesmo pelos professores, como já foi relatado por alguns pais/responsáveis dos próprios mirins.

Quando em abordagem individual, a A.S.L teve que intervir, orientando tanto ao adolescente, bem como a sua família. Chegando a realizar encaminhamentos para o NP - Núcleo de Psicologia, pois tamanha fora a violência que o mirim haveria sofrido por parte de seu segundo professor.

A violência psicológica torna-se a mais grave, pois faz com que o adolescente não queira mais frequentar a escola, se isola da família não querendo mais participar de nenhuma atividade, que antes lhe fazia bem. Referente o cyber-bullying, também é importante informá-los sobre a violência virtual, pois está se tornando cada vez mais frequente os jovens compartilhando vídeos íntimos, assim crescendo cada vez mais o número de vítimas.

Ressaltamos ainda a importância do Projeto Bombeiro Mirim, pois através dele, podemos vir orientar e prevenir aos adolescentes para ficarem atentos às violências que nos rodeiam, fazendo com que eles não sejam futuras vítimas ou até mesmo agressores.

## CONCLUSÃO

Iniciamos o nosso trabalho, discorrendo sobre o modo de produção capitalista, sendo este um modelo econômico que visa à exploração do trabalho, responsável por dividir a sociedade em duas classes sociais: burguesia e proletariado. Tem por objetivo a maximização dos lucros para a classe burguesa. Esse sistema econômico que permanece atualmente teve o seu avanço através da Revolução Industrial do século XVIII, que substituiu a mão de obra humana por máquinas, conseqüentemente contribuindo para as desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais exacerbando as relações de dominação e exploração.

Diante das lutas de classes que marcaram as décadas de 1930 e 1940 o Serviço Social surge para amenizar os conflitos entre burguesia e proletariado, porém com uma postura conservadora, atendendo as necessidades capitalistas e da igreja católica, culpava os indivíduos pelos problemas sociais.

Ao longo dos anos a profissão de Serviço Social foi se transformando e se readequando para atender as demandas que surgiam, adquirindo uma postura crítica frente às expressões da “Questão Social”, a modo de combater as desigualdades sociais. Com o Movimento de Reconceituação, foi possível a construção de um novo Projeto Ético-político, voltado ao comprometimento com o proletariado, fazendo com a profissão assumisse seus valores diante de uma sociedade contraditória.

A evolução dos Códigos de Ética também fez com a categoria incorporasse uma postura crítica perante as expressões da “Questão Social”, afinal os onze princípios do Código de Ética de 1993, deixam perceptíveis o compromisso profissional com a classe subalternizada, tornando-se um marco para a profissão, pois esse proporcionou que o Assistente Social priorizasse os direitos dos usuários, elevando a emancipação humana.

Ao se tratar de embasamentos teóricos, além do Projeto ético-político e Código de Ética, enfatizam-se as dimensões constitutivas da profissão de Serviço Social que permitem que o profissional crie e discuta estratégias e táticas de intervenção.

A profissão de Serviço Social está regulamentada pela Lei. 8.662 de 07 de junho de 1993, que atua no combate das desigualdades sociais advindas do modo de produção capitalista. A intervenção profissional acontece através dos diversos instrumentais técnicos operativos que proporcionam a leitura crítica da realidade, possibilitando ao profissional a mudar a realidade dos usuários.

As Instituições sociais e o Terceiro Setor aparecem no contexto social para suprir as necessidades da sociedade, uma vez que o Estado não consegue atender a todas as demandas que surgem, ou seja, desenvolvem um papel fundamental e de extrema valia para todos, pois através das ONGs, se executam projetos, programas e serviços, possibilitando aos cidadãos o acesso a uma vida digna, amenizando as desigualdades sociais.

No que se refere aos projetos sociais, estes visam a mudança da realidade social dos indivíduos, principalmente dos que se encontram em vulnerabilidade social, sendo elaborados através da compreensão da realidade que se apresenta em um determinado momento.

Diante disso, o Assistente Social atua frente aos Projetos Sociais, com o mesmo intuito de mudança social, garantia de direitos, transformação da realidade, combatendo preconceitos, incentivando a educação, profissionalização, autonomia, cidadania, empoderamento, bem como, combate às drogas, suicídio, entre outros males que rodeiam a sociedade. Os adolescentes sendo o foco deste trabalho. Salientando-se que na contemporaneidade devido à evolução da tecnologia, estes ficam mais suscetíveis ao acesso às drogas, suicídio, violência e perigos.

Diante disso, os Projetos Sociais surgem para oportunizar as crianças e aos adolescentes o acesso à cidadania, autonomia, integração e desenvolvimento humano, incentivando o seu protagonismo em sociedade, uma vez que essa, infelizmente possuem profundas desigualdades sociais ocasionadas pelo modo de produção capitalista, conseqüentemente afetando diretamente essa demanda, o que exige a intervenção do profissional para a garantia e efetivação dos direitos sociais desses indivíduos, a modo de cumprir o que preconiza o ECA, bem como, todos os princípios e valores que embasam a profissão de Serviço Social.

Assim sendo, neste trabalho foi possível refletir e analisar sobre a intervenção da profissão de Serviço Social, junto ao Projeto Bombeiro Mirim, compreendendo que este tema possui grande relevância social, afinal este garante a participação ativa dos adolescentes, que através do profissional Assistente Social, possuem o acesso à cidadania, construindo sua formação política em sociedade, além de propiciar o fortalecimento de valores morais essenciais nesta etapa da vida, enfatizando sua autonomia enquanto sujeitos de direitos.

Diante do exposto, através deste trabalho, foi possível compreender a criança e o adolescente enquanto sujeitos de direitos, estudando a fundo as legislações

vigentes que protegem esta demanda, interpretando a necessidade de atenção que esses usuários possuem, pois nesta etapa da vida ocorrem transformações em seu desenvolvimento humano, muitas vezes, incompreendidas pela sociedade. Salienta-se que muitos adolescentes não possuem uma família estruturada, convivem em conflito familiar, com fragilidades de vínculos afetivos, o que impulsiona o risco de se envolverem com a marginalidade, sendo essa uma consequência em que os projetos sociais atuam no intuito de evitar que esses jovens busquem esse caminho, através de atividades socioeducativas. Destaca-se ainda, que este trabalho propiciou em um profundo amadurecimento teórico que influenciará na atuação profissional.

Conclui-se que através deste processo de estágio, estando à frente das expressões da “Questão Social” que envolvem muitos adolescentes da sociedade, percebe-se que a intervenção do Assistente Social se faz cada dia mais necessária, pois estes profissionais possuem embasamentos teóricos e críticos que acarretará na transformação individual e coletiva, em uma ação conjunta buscará a equidade e justiça social para essa demanda, conseqüentemente influenciando em seu protagonismo juvenil.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O ensino do trabalho profissional: O estágio na formação profissional**. Palestra proferida na oficina da Região Sul II – Gestão 2003-2004 ABEPSS. São Paulo, 2003.

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio**. Ano 2010. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maio2010\\_corrigida.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf)>. Acesso em: 10 out 2019.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues; CAMPOS, Irenice de Oliveira. **Fortaleza, de um desejo a um direito de cidade: A construção da Assistência Social como política de direito**. In: ALBUQUERQUE, Cynthia Stuart. ALVES, Maria Elaene Rodrigues (Orgs). **Assistência Social em Fortaleza: Uma Política em Construção**. Fortaleza: SEMAS/PMF/EDUECE: 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL - ABESS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional. Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 17, n. 50, p. 143–71, abr. 1996.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ética e Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CFESS. **Congresso da Virada 30 anos**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>>. Acesso em: 10 set.2019.

\_\_\_\_\_. Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social - Fundamentos Ontológicos**. 7ª edição. Editora Cortez. São Paulo. 2009.

BRASIL.**Lei n.91, de 28 de agosto de 1935**. Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. (Revogada pela Lei n.13.204). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1930-1949/L0091.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0091.htm)> Acesso em: 20 set 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Art.227. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 23 set.2019.

BRASIL. **Lei n. 8069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)> Acesso em: 23 set 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Instituiu o Código Civil. Disponível em:

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em 25 de set 2019.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução Nº 109, nov. 2009.** Disponível em:

<[http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia\\_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf)>. Acesso em: 27 set 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)> Acesso em: 29 set.2019.

BRENER, Branca, Sylvia. **Jovens em cena: o desenvolvimento do protagonismo juvenil numa entidade social de São Paulo.** São Paulo: PUC, 2004.

BURIOLLA, Marta, Alice, Feiten. **O Estágio Supervisionado.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CAMPOS, Dinah, Martins, Souza, de. **Psicologia da adolescência: Normalidade e psicopatologia,** 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. **Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social: Observação Sensível, Entrevista, Relatório, visitas e teorias de Base no Processo de Intervenção Social.** São Paulo: LCTE, 2008.

CARDOSO, Ruth. **Fortalecimento da Sociedade Civil. Em loschpe E. B. (Org.), 3º Setor: desenvolvimento social sustentável.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CARVALHO, Isabel, Cristina, de, Moura; MÜLLER, Lúcia, Helena; STEPHANOU, Luis. **Guia para elaboração de projetos sociais.** São Leopoldo - RS, 2 ed., Sinodal, 2003.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1993.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O estudo em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, na penitenciária e na previdência social.** São Paulo: Cortez: 2003.

COSTA, Antonio, Carlos, Gomes. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática.** Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

CURY, Thereza Christina Holl. **Elaboração de projetos sociais**, p.37-48. In: ÁVILA, Célia M. **Gestão de projetos sociais**. 3ª ed. rev. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

**Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. São Luis, 2008. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/arquivo\\_201604041530365473870.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/arquivo_201604041530365473870.pdf)>. Acesso em: 20 out 2019.

FALEIROS, Vicente. **Infância e processo político no Brasil**. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência no Brasil**. Rio de Janeiro: AMAIS 1995.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **O Estudo Social – fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária**. In: CFESS (org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: Debates atuais no Judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social**. 11ª ed. (revista/atualizada), 2ª R. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

FISCHER, Maria Rosa; Falconer, Andres, Pablo, **Desafios da parceria Governo Terceiro Setor**. Revista de Administração, (1998, jan./mar).

FREIRE, Paulo. **Direitos humanos e educação libertadora**. In: FREIRE, Ana, Maria, Araújo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Unesp, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no trabalho do assistente Social. Capacitação em serviço social e política social: Módulo IV: O Trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS/ CEAD/ UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1986.

\_\_\_\_\_. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. 40. ed. São Paulo: Cortez; 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Questão Social no capitalismo**. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social no tempo do capital fetiche**. Tese apresentada para concurso de professor titular na FSS/UERJ. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **O serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12.ed.- São Paulo, Cortez, 2007.



\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo, 20 ed., Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos.** 12 ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 7ª ed. São Paulo. Cortez. 2012.

IMPrensa, **A História das Santas Casas de Misericórdia.** Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/alteracao-lei-12907-15.04.2008.html>> . Acesso em: 23 set. 2019.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia da administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 1993.

LAVALLE, Andrián, Gurza. **Cidadania, igualdade e diferença.** *Lua Nova*, 59, 75-93, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n59/a04n59.pdf>> . Acesso em 10 out 2019.

LE GOFF, Jaques. **A civilização do ocidente medieval.** Bauru:Edusc, 2005. p. 84.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

LERNER, Richard, Martin. **Programas que promovem o desenvolvimento positivo da juventude e a sociedade civil.** *Annual Review of Psychology*, 49, 413-446, 2004.

MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. **Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social.** *Revista Serviço Social e Sociedade.* N.º 54. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Identidade e Alienação – 4. ED.** São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, Karl. **O capital: crítica de economia política.** Livro I, 21ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “Questão Social” e seu Enfrentamento.** In: *Revista Serviço Social e Sociedade.* São Paulo. Editora Cortez, n.110. 2012.

NETTO, José, Paulo. **Ditadura e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1981.

\_\_\_\_\_. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois.** In: *Revista Serviço Social e Sociedade.* N.º 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social.* Módulo 1. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida, Hilário, da, Silva. **Formação profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos, constantes desafios.** In: Revista Serviço Social e Realidade, v.13, n.2. Franca: UNESP, 2004.

OSÓRIO, Luiz, Carlos. **O que é adolescência, afinal?.** In: **Adolescente Hoje.** 2a. Ed. Porto Alegre. Artes Médicas. 1992.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários.** 4. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

PETRINI, João, Carlos. **Pós-modernidade e família.** Ed. Edusc, Bauru, 2003.

**RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008** que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 20 out 2019.

SAMARO, Sarita. **Visita domiciliar: teoria e prática.** 1ª ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

SANTOS, Boaventura, de, Souza. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Cláudia Mônica dos et al. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão.**

SANTOS, Cláudia Mônica, dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** Juiz de fora: Ed. UFJF, 2012. p.15-38.

SANTOS, Luzianne, dos; SANTOS, Laísa, Dias; SILVA, Rony, Rei, do, Nascimento. **A prática do assistente social e a importância dos instrumentos técnico-operativos.** VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão - SE, 2012.

SILVA, S. M. **Protagonismo juvenil e arte-educação como método pedagógico de inclusão social: o caso do projeto fazer o outro bonito.** Trilhas: revista do Centro de Ciências Humanas e Educação, Belém: UNAMA, v. 4, n. 2, 2003.

SMITH, David Horton. **Four Sectors or Five Retaining the Member-Benefit Sector.** Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly. V. 20 N. 2. Summer 1991, pp.137-50.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.** Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/altineia.neves/instrumentos-e-tecnicas-em-servico-social/sousa-charles-t-a-pratica-do-assistente-social>>

conhecimento-instrumentalidade-e-intervencao-profi-ssional/view> Acesso em: 03 out 2019.

SPOSATI, Aldaíza. **Os Mínimos Sociais**. In: **II Conferência Nacional de Assistência Social** — Anais. Brasília-DF: Conselho Nacional de Assistência Social e Ministério da Previdência e Assistência Social. p. 110-115., dez, 1997.

STEINBERG, Laurence; MORRIS, Amanda, Sheffield. **Desenvolvimento adolescente**. Annual Review of Psychology: 52, 83-110, 2001.

STEPHANOU, Luis et al. **Guia para elaboração de projetos sociais**. Porto Alegre: Fundação Luterana, 2003.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS/CEAD/Unb. 2009.

VASCONCELOS, Ana, Maria de. **A/O Assistente Social na Luta de Classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

VERONESE, Josiane, Rose, Petry. **Os direitos da criança e adolescente**. São Paulo: 1999.

WEISBROD, Burton. **Nonprofit Economy**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

WOOD, Ellen Meiksins. **A Origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS**. In: BRASIL. **SUAS: Configurando os Eixos de Mudanças**. p. 79-125. Brasília, 2008.